

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 106

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE AGOSTO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 068ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE AGOSTO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Carlos Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Renato Gaúcho; PT: Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Ricardo Maia, PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (46). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Nelson Tureck, Sérgio Spada, Ângelo Vanhoni, Geraldo Cartário, Chico Noroeste, Mil-tinho Pupio, Neivo Beraldin (08).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2061

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 568/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 033/2002, que autoriza os entes da administração pública direta e indireta a compensar débitos vencidos, vincendos, relativos a tributos administrados pela SEFA, com créditos líquidos e certos que detenham inclusive por cessão contra a União e que elas sejam aceitas para quitação de débitos correntes do Estado.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2062

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 527/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 027/2002, que autoriza parcelamento de créditos tributários inscritos em Dívida Ativa, até 120 meses, com anistia de multa e remissão de juros, mantida a correção monetária.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2072

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº 004/2002, de 1º de abril de 2002, de nossa autoria, que autoriza a Comissão Executiva desta Casa, a financiar 50% (cinquenta por cento) das mensalidades dos nossos servidores matriculados em faculdades.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Estamos sendo questionados constantemente pelos funcionários desta Casa, inclusive por modestos seguranças sobre o andamento do Projeto de Resolução nº 004/2002.

Esta a razão de nossa solicitação para o mesmo ser colocado na Ordem do Dia com a urgência que o assunto merece.

Estamos juntando a este, xerox do Projeto de Resolução nº 004/2002, para análise também da justificativa que ilustra o referido projeto.

REQUERIMENTO Nº 2057

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente

Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2056

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 2042

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 253/2001, que concede crédito presumido de ICMS nas operações internas com gado bovino e bubalino, de sua autoria, visto que a proposição foi contemplada em alteração da legislação tributária em vigor.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 2048

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do senhor Pedro Zlatanof, falecido em data de ontem.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Aos 46 anos, faleceu em data de ontem, o senhor Pedro Zlatanof.

Filho de Constantin Zlatanof e Maria Kovalski Zlatanof, era comerciante e foi um dos primeiros a se instalar no Balneário de Ipanema. Exercendo grande liderança, era um participante ativo das lutas em prol das causas do nosso litoral paranaense e foi um dos que mais lutou pela emancipação do município de Pontal do Paraná.

Era membro do PSDB e muito trabalhava para a melhoria das condições das praias do nosso Estado. Deixa viúva a Sra. Regina de Fátima Tieppo Zlatanof.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2049

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do senhor Rubens Cooper, falecido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, na semana anterior, o senhor Rubens Cooper.

Era comerciante do nosso tradicional bairro italiano de Santa Felicidade, onde residia com sua família e local onde fez muitos dos inúmeros amigos que cultivou ao longo de sua vida.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2063

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Diretora, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Rubens Cooper, ocorrido em casa hospitalar no dia 13 de agosto de 2002. Que, da decisão, se dê ciência à família enlutada, enviando-se ofício à esposa do pranteado, senhora Carmella Zonatto Cooper, residente à Rua Henrique Itiberê da Cunha, 623, bairro Bom Retiro - CEP 80520-120, nesta cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Para justificar o presente requerimento, solicito a transcrição da reportagem anexada "O Rubens, da Funerária Cooper", de autoria do jornalista Parreiras Rodrigues, meu assessor, para a imprensa em seu jornal Farol dos Bairros, na sua edição de agosto de 2001. Quero destacar o último parágrafo da matéria quando Rubens Cooper diz: "o serviço funerário não deve ser encarado como um comércio qualquer - um toma lá, dá cá. O serviço funerário se relaciona profundamente com as dores de toda uma família do finado, com os sentimentos de seus amigos, colegas e conhecidos" - queixa-se o senhor Rubens Cooper, lembrando que nos seus tempos "mesmo sem conhecer os clientes de algum sepultamento, a gente da empresa chegava a chorar, principalmente quando se tratava de alguma criança".

REQUERIMENTO Nº 2068

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta casa. voto de pesar, pelo falecimento do vereador José da Silva, ocorrido hoje em Conselheiro Mairinck.

Requer, ainda, dê-se ciência deste requerimento à família do extinto, na pessoa da viúva Dulce Chinchio de

Melo, residente e domiciliada na cidade de Conselheiro Mairinck, Rua Dr. Marins de Camargo-CEP 86.480-000.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Morador em Conselheiro Mairinck há 45 anos, tendo sido inclusive um batalhador pela emancipação do município, José da Silva era Prefeito, já por duas legislaturas, casado com a Sra. Dulce Chinchio de Melo, contava atualmente com 72 anos.

Seu falecimento, deixa uma lacuna na política do município e abala profundamente os familiares e o grande número de amigos de José da Silva entre os quais este Parlamentar teve o privilégio de estar incluído.

Por este requerimento, externamos nosso mais profundo pesar e inteira solidariedade à família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 2069

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos do Poder Legislativo: voto de pesar, aos familiares da senhora Eugênia Figueira, de 89 anos falecida nesta cidade aos 09 de agosto do corrente ano, deixando muita saudade nos familiares e amigos que a conheciam.

Outrossim, solicitamos dar ciência deste aos familiares da extinta, no seguinte endereço: Rua Omar Gonçalves da Mota, 366 - Boa Vista - Curitiba - Paraná - CEP 82.650-110.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A senhora Eugênia Figueira, nascida em Itapeva, São Paulo, aos 10 de janeiro de 1913, filha de família humilde, criada nos princípios e moldes da moral e da religião, veio sofrer cedo um duro golpe com a perda de sua genitora, deixando-a abalada por longo período.

Casa em 05.08.33, com João de Souza Leitão Sobrinho, com quem teve seis filhos: João Maurício Schirley, Iran, Vera Lúcia e Iara. Mais uma dura prova para a senhora Eugênia Figueira, que em 1963 perdeu seu pai e vindo a separar-se de seu esposo. Em 1936 perdia o seu filho mais novo Iran.

A senhora Eugênia dedicou praticamente toda sua vida ao estudo das sagradas escrituras, cujos ensinamentos transmitia aos seus filhos, genros, noras, netos e bisnetos. Filiada à Igreja Presbiteriana, desempenhou vários cargos sempre direcionados ao trabalho feminino da mesma igreja vindo a ser presidente, vice-presidente e secretária da Espiritualidade.

Gostava de escrever poesias, vindo a lançar um livro denominado "Recados", em 94 e em 96 outro denominado "Uma Vida", ambos esgotados. Dona Eugênia, deixou esta vida aos 09.08.2002, vivida com dedicação, humildade e hábitos simples, aos 89 anos de idade, deixando uma profunda lacuna nos familiares e amigos que a conheciam.

xando uma profunda lacuna nos familiares e amigos que a conheciam.

REQUERIMENTO Nº 2070

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos do Poder Legislativo: voto de pesar, aos familiares do subtenente Newton Luiz Baungartner, da Polícia Militar, ocorrido na cidade de Rio Negro, deixando muita saudade nos familiares e amigos que o conheciam

Outrossim, solicitamos dar ciência deste aos familiares do extinto, no seguinte endereço: Rua Nacle Gibram, 545, ap. 01 - Rio Negro - Paraná - CEP 83.880-000.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O sub-tenente Newton Luiz Baungartner, nasceu em 07.08.51, na cidade de Rio Negro-PR, sendo filho de Alfredo Baungartner e Ana Brasil Baungartner. Coursou o ginásio na mesma cidade, vindo a concluí-lo em 1969, Coursou o 2º grau no Colégio Tuiuti do Paraná, em Curitiba, vindo a ingressar na Polícia Militar em 1970. Participou do Corpo de Operações Especiais da Polícia Militar, em 1972.

Concluiu o Curso de Formação de Sargentos em novembro de 77. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de sargentos em julho de 87 na Academia Guatupê, nesta cidade de Curitiba com 792 horas. Foi homenageado pelos "30 anos de Serviços prestados à Polícia Militar". Foi para a reserva em 07.04.95, como sub-tenente da Polícia Militar. Foi designado como suplente de delegado em sua cidade natal. Fez vários cursos de primeiros socorros, para melhor atender aos seus semelhantes. Participou da VII Olimpíada das Apaes em 86. Recebeu também diploma da Polícia Rodoviária. Foi sócio da Associação Antidroga, onde trabalhou com vários jovens. Sócio patrimonial da Sociedade Beneficente dos Subtenentes da Polícia Militar.

Foi condecorado pelo Ministério da Aeronáutica, pela participação nas comemorações em 20.07.73. - Atuou muito em prol da comunidade de Rio Negro, onde participou de vários eventos e construções importantes na vida da cidade.

O sub-tenente Newton Luiz Baungartner, nasceu e viveu toda a sua vida dedicada ao povo de sua cidade natal, deixando com o seu falecimento uma lacuna muito grande no meio da sociedade rionegrense.

REQUERIMENTO Nº 2071

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão

de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria Izabel da Cruz.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 87 anos de idade faleceu a Sra. Maria Izabel da Cruz, que era viúva do Sr. Alcebíades Camargo da Cruz.

Deixou 7 (sete) filhos, 26 netos, 24 bisnetos e 05 tataranetos.

O passamento da Sra. Maria Izabel veio abrir enorme lacuna no seio da família, assim como de seu vasto círculo de amigos dentre eles, este parlamentar.

Dona Maria Izabel era pessoa bastante relacionada entre seus parentes, amigos e os moradores da localidade em que residia há muitos anos.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, bem como de todos aqueles que a estimavam, porém resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e aos afazeres domésticos.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Cruz, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2072-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Maria Izabel da Cruz.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 87 anos de idade faleceu a Sra. Maria Izabel da Cruz, que era viúva do Sr. Alcebíades Camargo da Cruz.

Deixou 7 (sete) filhos, 26 netos, 24 bisnetos e 05 tataranetos.

O passamento da Sra. Maria Izabel veio abrir enorme lacuna no seio da família, assim como de seu vasto círculo de amigos dentre eles, este parlamentar.

Dona Maria Izabel era pessoa bastante relacionada entre seus parentes, amigos e os moradores da localidade em que residia há muitos anos.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, bem como de todos aqueles que a estimavam,

porém resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e aos afazeres domésticos.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüila, pois, saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Cruz, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2047

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Saint Germain, pela comemoração dos seus 13 anos de atividades.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Saint Germain está comemorando 13 anos de atividades. Fundado em 1989, quando foi implantado a Educação Infantil nas modalidades de Maternal e Jardim de Infância para atendimento de uma clientela de 02 à 06 anos, a escola funcionava em imóvel locado.

No ano de 1992, foi solicitada autorização para funcionamento de 1º Grau Regular nas séries iniciais, iniciando assim uma nova etapa na Instituição. Posteriormente foi instituído o Ensino Fundamental.

A Escola Saint Germain é conveniada ao Colégio Dom Bosco, do qual utiliza as apostilas, oferecendo assim ao educando um ensino de maior qualidade.

Em 1999 a escola mudou-se para sede própria, que foi estruturada de forma a proporcionar atendimento ideal à clientela, dispondo inclusive de cancha polivalente para a prática de esportes e lazer, disponível para os alunos em horários alternativos ou para competições, das quais a Escola participa em campeonatos com escolas públicas, particulares e outras entidades.

A Escola possui ainda Biblioteca muito bem equipada, tendo criado inclusive o programa Hora do Conto (que busca incentivar o gosto pela leitura); possui também laboratório de informática bem equipado, de modo a oferecer aos alunos o melhor ensino possível.

Procurando desenvolver um projeto único e solidário, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, mantendo sempre uma mesma filosofia de trabalho, a Escola vem buscando sempre, com amor e dedicação, fazer com que o educando se desenvolva dentro de um processo integral que o faz ser um cidadão por excelência.

Dentro dessa filosofia, a Escola está trabalhando com o "Projeto Saint Germain", dando atendimento aos jovens e adolescentes do Projeto Apoio, incentivando

nossos co-irmãos no estudo, no lazer e na valorização do ser humano.

Pela comemoração dos gloriosos 13 anos de atividades, receba a Escola Saint Germain (Rua Dr. Luiz Fernando Van Der Broocke, 174 - Bacacheri - Ctba/PR - 82.520-040), através de seu corpo administrativo: Rosane Heller (diretoria administrativa), Denise Mann (diretora pedagógica), Vilma B. Schleder (coordenadora pedagógica) e Marlene R. Stelle (coordenadora pedagógica), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2053

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de congratulações pela passagem do primeiro aniversário da Criança Segura - Safe Kids do Brasil, na pessoa do Dr. Marcelo Ribas Alves, cujas atividades voltadas à educação e orientação para o trânsito, prevenção de acidentes com crianças de até 14 anos, dentre outras atividades, tem sido de grande importância para o aprimoramento da cidadania.

Solicito a especial gentileza em notificar o interessado acerca do voto em apreço no endereço sito à Rua Senador Xavier da Silva, 488 - conjunto 206-A - Centro Cívico - Curitiba-PR., CP.: 80.530-060.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2059

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Escola Estadual Hercília de Paula e Silva, por ter conquistado o Prêmio “Escola Referência Nacional em Gestão Escolar - Fase Estadual”, promovido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, que valoriza as escolas que apresentam os melhores resultados em termos de aproveitamento dos alunos e têm as melhores iniciativas de envolvimento com a comunidade.

É condição para as escolas participantes apresentar como pré-requisito excelentes índices de aprovação e conclusão, bem como excelência em gestão pedagógica, participativa e estratégica, gestão de pessoas e de serviços, de apoio, recursos físicos e financeiros. A Escola Estadual Hercília de Paula e Silva, pela gestão educacional inovadora que vem desenvolvendo juntamente com o corpo docente, discente, funcionários e comunidade, conquistou a premiação contribuindo sobremaneira para a realização inovadora na área da construção do conhecimento, visando maior eficiência educacional, bem como melhoria da aprendizagem dos alunos e da qualidade de ensino de nosso Estado.

Muito nos tranqüiliza que escolas como esta estejam buscando a excelência em administração escolar e a

oferta de um ensino de qualidade, com diálogo e parceria comunitária, no sentido de melhoria da escola pública paranaense, merecedoras da nossa consideração e respeito.

Sentimo-nos orgulhosos em homenagear a “Escola Estadual Hercília de Paula e Silva”, da mesma forma extensivo à diretora Maria Aparecida Miranda e a todas as pessoas que de alguma forma, contribuíram para a conquista desse prêmio de valor ímpar para o município de Carlópolis. Através deste voto de louvor que se faz meritório, registramos nossos melhores cumprimentos, e, em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da Comunidade Paranaense, auguramos-lhes votos de muitas realizações e sucesso!

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2055

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime Lerner e ao secretário de Estado da Saúde, Dr. Luiz Carlos Sobânia, solicitando que seja feito o repasse referente aos internamentos eletivos do SUS, ao Hospital Bom Jesus, localizado no município de Ponta Grossa.

Conforme determinação da Secretaria Estadual de Saúde os pagamentos que o Estado deveria fazer aos hospitais, este mês, pelos serviços prestados em julho, terão um desconto de 10 a 15%.

O hospital necessita de recursos para fazer o pagamento dos fornecedores pois os pacientes precisam de medicamentos, alimentação, além de manter a estrutura do hospital funcionando. Além do desconto acima citado, de janeiro a julho deste ano, das 2100 AIHS que o Estado manda ao município, foram recebidas pelo hospital, 382 guias, mas internou-se aproximadamente 420 pacientes/mês. Esta situação vem ocorrendo desde 2001, agravando cada vez mais a situação.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, autorizada a firmar contrato com empresas de Seguro Saúde, com o objetivo de prestar assistência aos servidores e funcionários da ativa, inativos e pensionistas desta Casa de Leis.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste plano de lei é tentar amparar nossos servidores com plano de saúde compatível. Pois, atualmente nossos colaboradores estão descobertos de atendimento à saúde, inclusive de seus familiares.

O Poder Executivo através do Decreto nº 5303, de 04 de fevereiro de 2002, instituiu o Plano de Saúde dos Servidores Públicos do Executivo, por esta razão, necessitamos aprovar em regime de urgência este plano de lei para beneficiar o funcionalismo da Assembléia Legislativa.

O funcionalismo deste Poder, quer da ativa, inativo ou pensionista, durante sua carreira foram assíduos contribuintes junto ao IPE, portanto, nada mais justo do que se dar aos nosso colaboradores uma assistência condigna.

A proposição em causa tem o mais alto significado social, por esta razão, estamos certos da aprovação desta com a máxima urgência.

Projeto de Lei:

PROJEJO DE RESOLUÇÃO Nº 569/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica terminantemente proibida a colocação de fotografias de vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores, presidente da República, vice-presidente da República, governador, vice-governador, prefeito e vice-prefeito, nos próprios públicos antes de findarem seus mandatos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Cabe ao governo induzir, motivar e galvanizar esforços e experiências e, nos limites das atribuições constitucionais, regradar e disciplinar a conduta de todos esses agentes em prol da eficácia no atendimento do interesse público.

Os vetores básicos da nossa ação concentrar-se-ão no tripé "Assembléia Legislativa, governo e cidadania" e serão impulsionados por uma estratégia de descentralização responsável, participação ampliada da sociedade civil e parceria com os demais poderes.

A violência, fenômeno endêmico nas sociedades contemporâneas, encontra às vezes, na radicalização das atitudes em conflito, pretexto para impasses, constrangimentos e mesmo para a quebra de princípio básico à solução legítima de divergência, que é o inegociável respeito à lei e à ordem constituída.

As grandes mudanças estruturais de ordem política, econômica e social vividas pela sociedade brasileira desde o início da década colocaram e colocam o país ante inúmeros desafios. Mas talvez nenhum deles seja, no momento atual, mais ansiosamente esperado por nossa sociedade que o desafio de transformar em lei esta proposição em exemplos concretos de modernidade e democracia.

Trata-se, reconhecidamente, de processo longo e difícil de ser cunhado através de imposições normativas instantâneas, pois envolve, antes de tudo, uma mudança cultural que apenas se dará por um esforço amplo e contínuo no sentido de resgatar e revalorizar a imagem com economia na prestação do serviço público.

Feitas essas considerações é que desejamos com certeza, de mais um exemplo cabal do esforço da nossa gestão em contribuir com este plano de lei, e com a aprovação pelos nobres colegas para normalizar inclusive economia e poupança com o dinheiro público, permitindo fotografias nos próprios públicos de cidadãos em pleno exercício do mandato.

PROJETO DE LEI Nº 570/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido o artigo 2º, renumerado o atual artigo 2º da Lei nº 11.718/97, com a seguinte redação:

“Art. 2º - Enquadram-se, igualmente, os professores concursados integrantes do quadro de funcionários da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, que exercem ou exerceram cargo de professor auxiliar, desde que seus currículos na época da contratação tenham sido aprovados, com a qualificação “sem restrição em quaisquer de seus artigos pelos Conselhos Estadual ou Federal de Educação, além de inexistirem cursos reconhecidos de doutorado e/ou pós-doutorado no país na área de atuação na época da contratação e que a referida contratação tenha ocorrido em data anterior a 30 de julho de 1992”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A qualificação de todo corpo docente se dá por análise curricular. A mesma análise e estrutura pela produção artística do servidor, quando na sua contratação.

Acontece que, mesmo que o professor tenha abalizada produção artística e literária, sua ascensão só se torna possível diante deste projeto de lei, uma vez que, em época oportuna não existiam cursos de doutorado na área de interesse (meio comum para ascensão dentro do plano de cargos e salários implantado no magistério do Estado). Logo, através destes títulos de pós-graduação, a

referida ascensão se tornaria impossível em função da inexistência dos mesmos.

Concluindo, se o servidor tem currículo aprovado pelo CEE, que é órgão normativo máximo, com qualificação máxima e, não pode exercer a função de professor titular por inexistência de cursos próprios para o progresso dentro deste plano de cargos, somente o reconhecimento desta lei pode, de maneira justa, qualificar e ascender os poucos servidores agraciados por tais currículos e relevantes produções artísticas.

PROJETO DE LEI Nº 571/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cristã Evangélica Sul Americana - Acesa, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cristã Evangélica Sul Americana - Acesa, é associação civil sem fins lucrativos, com sede no município de Londrina, à Rua Martinho Lutero, 277.

Trata-se de entidade com finalidade educacional, assistencial e cultural, sem fins lucrativos, cujo estatuto foi devidamente registrado em 27 de agosto de 1999.

Conforme se observa do relatório de atividades, no ano de 2002, a Acesa está em um momento muito rico de sua história, marcado pela ampliação do número de cursos oferecidos, pela grande diversidade denominacional e regional e do corpo discente, pela conclusão da construção da biblioteca e centro de convivência, pela consolidação do seu corpo docente de tempo integral e parcial e pelo aprofundamento de nosso projeto pedagógico - características estas que, somadas à história da Acesa anterior a 2000/2001 - vêm consolidar a imagem da faculdade como um centro de formação teológica de primeira linha no cenário nacional.

O trabalho desenvolvido pela associação merece o reconhecimento do Estado do Paraná, com a concessão do título de utilidade pública, permitindo que essa entidade mantenha maior contato com a administração pública.

PROJETO DE LEI Nº 572/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, com

sede e foro no município de Campinas - Estado de São Paulo e Regional Paraná nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Brasileira de Preservação Ferroviária é instituição de preservação e cultura ferroviária que vem buscando resgatar e salvaguardar a integridade desse patrimônio no Brasil. A Regional do Paraná vem desenvolvendo este trabalho a nível estadual.

Todo o patrimônio da instituição foi cedido em comodato pela Rede Ferroviária Federal S/A e ela foi fundada em 1977, nascendo da preocupação com o abandono da história ferroviária do nosso país. A Regional do Paraná foi fundada em 1995, sendo este um dos núcleos que tem lutado pela preservação e utilização racional do patrimônio histórico ferroviário paranaense, tanto edificações, via permanente e material rodante.

É instituição de caráter cultural, instrutivo e recreativo, sem fins lucrativos, cuja receita é originada através de patrocínios, doações e contribuições dos associados.

Como instituição sem fins lucrativos de caráter cultural e de preservação, solicitamos sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 573/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Assistência Social do Homem Rural da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.08.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Assistência Social do Homem Rural da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, localizada no município de Paranaguá - litoral do Estado, vem atendendo as necessidades de famílias carentes da zona urbana e principalmente da zona rural, com o desenvolvimento de diversas atividades todas com finalidade assistencial.

Fundada em 16 de setembro de 1969 por pastores, até o ano de 1993, fazia trabalhos com o homem do campo e a partir deste ano foi fundada a creche, que muito tem auxiliado as famílias carentes, cujas crianças nos períodos iniciais de vida, não possuem condições de sobrevivência.

Com instituição sem fins lucrativos, comprovada pela documentação em anexo, solicitamos sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 574/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a determinar providências, para regulamentar a exposição pública de revistas e quaisquer outras publicações cujas capas provoquem constrangimentos de ordem social aos clientes de bancas de jornais e livrarias.

Art. 2º - O não cumprimento desta lei, implicará em sanções previstas em legislação pertinente, através do órgão estadual designado pelo Poder Executivo.

Art. 3º - As empresas a que se refere o artigo 1º, terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para que os estabelecimentos nele contidos providenciem as medidas propostas.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.2002

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A exemplo dos estabelecimentos de locação de fitas de vídeo que dispõe de sala para exposição de material qualificado como especial - eróticos ou pornográficos - também as bancas de jornais e livrarias deverão manter espaço restrito para mostra de publicações cujas capas exibem fotos de nudez total ou textos provocativos à moral e aos costumes.

O projeto deve-se às dezenas de sugestões que nos foram trazidas pessoalmente por pais e mães que se sentem constrangidos ao adentrar nos estabelecimentos nominados em companhia de seus filhos, crianças ou adolescentes.

A formação ideológica do requerente se contrapõe a todo e qualquer tipo de censura, notadamente a que atenda à liberdade de expressão.

No entanto, a abusiva exposição de publicações que exibem material em nada comprometido com a arte, a ciência, a educação e a promoção da dignidade humana, é o motivo maior e que justifica plenamente o projeto de lei ora apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 575/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Ouro Branco,

localizada no Rio Mourão, coordenadas Latitude: 23º 59'S - Longitude: 52º 14'W, UTM 7.346.364 N e 375.269 E (Fuso 22), no município de Peabiru.

Art. 2º - A construção da Pequena Central Hidrelétrica mencionada no artigo anterior, dependerá da aprovação de projeto técnico de impacto ambiental pela autoridade competente, nos termos do art. 209, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Ouro Branco, localizada no Rio Mourão, no município de Peabiru, do interesse de Just Construções e Empreendimentos Ltda.

A implantação de pequenas usinas hidrelétricas interligadas ao sistema elétrico constitui uma alternativa de aproveitamento de energia no Estado do Paraná.

O artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná, dispõe que, "observada a legislação federal pertinente a construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa...".

PROJETO DE LEI Nº 576/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Criadores de Gado Jersey do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Criadores de Gado Jersey do Paraná, constitui uma entidade civil, sem fins lucrativos.

A referida Associação vem desenvolvendo ações de relevante teor técnico e cooperativo, tais como: palestras sobre os mais variados temas referentes a raça Jersey para instituições de ensino superior, acompanhadas de aulas práticas em propriedades de criadores, inspeções e registros de novos animais, participações em congressos e exposições a área de pecuária leiteira, divulgando as qualidades da raça e ao mesmo tempo buscando a melhoria do plantel.

Todas estas realizações, promovem a melhoria das condições de trabalho dos criadores, incentivando dessa forma a geração de empregos no campo, evitando o

êxodo rural e a potencialização de vários problemas sociais.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 577/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a reverter mediante doação, ao município de São Miguel do Iguaçu, o imóvel localizado naquele município constituído de lote nº 14-A (quatorze A) da quadra nº 93 (noventa e três), da Planta da Colonizadora Gaúcha Ltda, com área de 400,00 m2 (quatrocentos metros quadrados), matrícula nº 11.247, do Livro nº 02, do Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Iguaçu, bem como a edificação e benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.2002

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a reverter mediante doação, o imóvel localizado no Município de São Miguel do Iguaçu, constituído de lote nº 14-A (quatorze A), da quadra nº 93 (noventa e três), da Planta da Colonização Gaúcha Ltda, com área de 400,00 m2 (quatrocentos metros quadrados), matrícula nº 11.247, do Livro nº 02, de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Iguaçu, bem como a edificação e benfeitorias existentes no local.

Por outro lado, devemos levar em conta que o município de São Miguel do Iguaçu, através da Lei nº 374/88, de 12 de abril de 1988, efetuou a doação do imóvel acima citado para o Estado, para a construção do novo prédio da Agência de Rendas, daquele município.

Cabe-nos ainda, ressaltar que a medida aqui proposta se encontra em conformidade com o parágrafo único do artigo 2º da Lei Municipal nº 374/88, de 12 de abril de 1988, que dispõe que o não atendimento ao ditame legal fará com que seja revertido o imóvel supracitado ao município em questão. situação esta que atualmente se encontra o imóvel.

Desta forma contamos com o apoio dos senhores deputados com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2002

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam sustadas nos termos do disposto no artigo 54, XXVII, da constituição do Estado do Paraná,

as Resoluções nºs 2617/2001 e 2618/2001, da Secretaria de Estado da Educação e a Resolução nº 3357/2001, da Secretaria de Estado da Administração, as duas primeiras publicadas no Diário Oficial do Estado, datado de 08 de novembro de 2001, e a última publicada no Diário Oficial do Estado, com data de 17 de maio de 2001, por serem atos administrativos exorbitantes do poder regulamentar do Poder Executivo.

Ar. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Resolução nº 2617/2001 institui no ensino Médio (regular) noturno os projetos interdisciplinares de caráter não presencial. Estes violam o artigo 24, I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei nº 9.394/96, porque não cumpre a carga mínima de 800 horas anuais em 200 dias letivos no ano (conforme dispõe o artigo supracitado); já que dispensa a presença do aluno em 17% da carga anual, ficando as 800 horas anuais reduzidas a 664 horas anuais. Provocando a quebra de isonomia entre o ensino médio diurno e o ensino noturno, já que a qualidade de ensino para os alunos matriculados no período noturno ficará comprometida.

A Resolução nº 2618/2001 substitui a oferta de Ensino Fundamental (regular) pelo Ensino da Modalidade Supletiva aos alunos matriculados no período noturno. Esta Resolução fere o artigo 208, I da Constituição Federal (dever do Estado de ofertar ensino fundamental regular), assim como fere o artigo 206, I, VI e VII da mesma Magna Carta (princípios de igualdade de acesso e permanência na escola, da gestão democrática do ensino público e da garantia de padrão de qualidade do ensino).

A Resolução nº 3357/2001 regulou que a contribuição previdenciária dos professores incide sobre o vencimento adicional por tempo de serviço e sob o regime de trabalho quando o professor for optante. Esta Resolução tirou a eficácia das Leis Complementares nºs 34/86; 07/76 e 21/84, todas incorporadas pela Emenda Constitucional nº 20.

Assim, pelo acima exposto, esperamos poder contar com o apoio de nossos pares, nesta Casa de Leis, para aprovação de nossa proposição.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica sustada, nos termos do disposto no artigo 54, XXVII, da Constituição do Estado do Paraná, a Resolução Conjunta nº 100/98 SEAD/SEED, de 15 de outubro de 1998, publicada no Diário Oficial do Estado

datado de 21 de outubro de 1998, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Resolução Conjunta nº 100/98 - SEAD/SEED exige que os certificados de especialização emitidos anteriormente a 1989 estejam em conformidade com a Resolução nº 12/83 do Conselho Federal de Educação. Contudo, essa exigência contida na Resolução 100/98 não está prevista na Lei Complementar nº 77/96, que dispõe somente como requisito de validade para os certificados de curso de especialização anteriores à 1989 a duração de 180 a 300 horas. Essa Resolução nº 100/98, está exigindo o cumprimento de um dispositivo não contemplado por uma lei, que é norma superior hierarquicamente a uma Resolução. Outrossim, um ato administrativo não pode limitar a aplicação e o alcance de uma lei.

Assim, pelo acima exposto, esperamos, poder contar com o apoio de nossos pares, nesta Casa de Leis, para aprovação de nossa proposição.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica sustada, nos termos do disposto no artigo 54, XXVII, da Constituição do Estado do Paraná, a Resolução nº 168 de 22 de janeiro de 2002, da Secretaria de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial do Estado datado de 25 de janeiro de 2002, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.08.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Resolução nº 168/2002 exige que o professor quando afastado por menos de 15 dias para tratamento de saúde reponha as aulas perdidas. Essa Resolução fere norma constitucional federal, *caput* do artigo 6º (arrola a saúde como direito social).

Assim, pelo acima exposto, esperamos poder contar com o apoio de nossos pares, nesta Casa de Leis, para aprovação de nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passamos ao Horário do Pequeno Expediente, concedendo a palavra ao deputado Antonio Carlos Baratter, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS BARATTER

Senhor presidente e senhores deputados:

Na semana passada, apresentei um projeto de lei que tem por súmula o seguinte: “dispõe sobre proibição de inscrição de usuário de serviços públicos em cadastros de devedores e sobre a suspensão de execução dos contratos da administração pública estadual, como os serviços de proteção ao crédito”.

Como nos ater, senhor presidente, a uma instituição privada formada por oitenta e três bancos no Brasil, que tem por nome Serasa? Quando eu falo do Serasa, lembro-me do Coliseu na antiga Roma, quando os gladiadores entravam para fazer a luta corporal e quando um tombava o Imperador se levantava e fazia, solenemente e quase sempre, com um indicador, o polegar para que aquele que estivesse em pé, naquele momento, matasse o seu opositor.

É mais ou menos isso que o Serasa faz com o cidadão brasileiro! Quarenta milhões de brasileiros, pelo polegar do Serasa, estão fora do que se chama cidadania e cidadão. O descaso do Poder Público Federal com o cidadão brasileiro é lamentável, sobretudo quando reafirma de maneira plena seu fascínio e opção em beneficiar, a qualquer preço, o sistema financeiro nacional.

Por isso, a justificativa deste projeto há de ser contundente e sem rodeios. Este projeto de lei visa romper, no Estado do Paraná, o elo de uma máquina de corrupção, de extorsão e de exclusão social formada pela União, pela Febraban e pelo Serasa.

Senhores parlamentares, o Serasa que exclui, que explora e torna o cidadão, na verdade, um párea na sociedade é como uma máquina infernal. Vamos a alguns fatos: nas modalidades dos contratos eletrônicos, dos contratos sem assinaturas basta dispor de nome, CPF, filiação e endereço e o contrato pode ser facilmente efetivado. Pois bem, os dados a seguir contemplam com sobra todos os requisitos necessários para que qualquer pessoa faça um contrato simulado em nome de outra pessoa por diversão, vingança, maldade ou proveito financeiro, sabendo que o seu nome será utilizado pelo Serasa como negativo ou sujo.

O Serasa deu informação, por exemplo, do Fernando Henrique Cardoso, como CPF, grafia do nome, data de nascimento, nome da mãe, pai, sexo, estado civil, escolaridade, bairro, telefone particular e assim por diante. Esses dados foram comprados do Serasa e são os dados ditos sigilosos do excelentíssimo senhor presidente da República. Esses dados foram registrados em uma das vinte e duas escrituras públicas lavradas pelo Dr. Ângelo Volpi Neto, oficial do 7º Tabelionato desta Capital, a pedido do Dr. Edilson Vilela de Souza.

O componente estarrecedor é que dados sigilosos similares a esse são vendidos pelo Serasa, independentemente de terem sido liberados pelos cidadãos que têm os seus dados comercializados. Se os dados pessoais e sigilosos não são cedidos pelo cidadão é necessário saber a fonte de onde eles provêm. Neste sentido transcrevo o

trecho de uma das quatro ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Federal de São Paulo contra a União, contra o Serasa: “As informações disponibilizadas pela União à Febrabam e ao Serasa são informações que os cidadãos confiam à Receita Federal e às instituições financeiras imbuídas da certeza de que serão mantidos sob absoluto sigilo”.

Senhor presidente, senhores parlamentares, quando um cidadão qualquer faz uma compra e não paga, o seu nome vai para o Serasa. Depois dele pagar ao Serasa, o seu nome ainda permanece sujo e negativado. Depois desse nome estar limpo, o Serasa ainda manda uma conta cobrando mais em torno de 50 reais desse cidadão.

A Constituição Federal diz o seguinte: “quem paga dívida não é o nome, quem paga dívida é o patrimônio”.

Quarenta milhões de brasileiros estão pagando a dívida com o nome. O Serasa com a Febrabam, junto às delegacias da receita Federal fizeram com que um conluio e todas as pessoas que vão ao Serasa são simplesmente sujos e negativados. Então, é nesse sentido que estamos apresentando esse projeto de lei para que a Constituição e o Código do Consumidor sejam respeitados. O Serasa vende esses serviços.

Vamos imaginar que um cidadão qualquer emita uma duplicata, a pessoa não sabe que foi emitida uma duplicata contra o seu nome. Vai em uma financeira e desconta. O dono da financeira liga para esse cidadão que não está sabendo de nada e diz: “olha, eu tenho aqui um documento onde o senhor me deve”. Esse cidadão tem duas alternativas: paga, contrata um advogado, nomeia bens ou penhora ou então vai para o Serasa, vai ficar sujo e negativado.

Mas, na verdade, o que precisamos entender a respeito do Serasa é o seguinte: o ano passado o Governo Federal destinou ao Fundo de Amparo ao Trabalhador sessenta e três bilhões de reais para serem utilizados para os pequenos, para os micro e para as pessoas que estão na informalidade. Como 40 milhões são negativados, esse dinheiro do FAT não chega à sociedade. Sabe o que é feito com esse dinheiro? O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDS jogam esse dinheiro que seria para alavancar a economia brasileira, jogam esse dinheiro na ciranda financeira, pagam pelo dinheiro 3% e emprestam este dinheiro por 12, 15 e 18%.

Então, na verdade isto é um absurdo. Eles tornam esses cidadãos contra qualquer lógica da técnica jurídica da Constituição Federal que diz claramente que o patrimônio é que paga a dívida e não o nome da pessoa.

Então, é neste sentido que convoco os nobres pares como no ano passado que os parlamentares aprovaram a lei da discriminação dos pulsos telefônicos, muitos entenderam que era inconstitucional. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região de Porto Alegre, por unanimidade, julgou aquela lei aprovada por esta Casa e sancionada pelo senhor governador, de absolutamente constitucional.

Entendemos também que neste caso este projeto é absolutamente constitucional pois se baseia em cima do que diz a Constituição e no que diz o Código do Consumidor.

Eu gostaria de, com calma, com muita tranquilidade, os senhores deputados pudessem analisar este projeto, que ele tivesse uma tramitação normal dentro desta Casa e nós pudéssemos dar um exemplo para este país. O Serasa, quando foi criado, com a união de 33 Bancos, o governo federal isentou o Serasa do Imposto de Renda, isto é uma absoluta vergonha, num país que pretende ser democrático, fazer com que uma instituição, torna neste país 40 milhões de brasileiros negativados, sujos, transformando-se em párias da sociedade pois não podem...

(O orador que usa a tribuna passa a usar o Horário da Liderança do seu Partido)

O Sr. Orlando Pessuti

Permite um aparte, deputado?

Deputado Antonio Carlos Baratter, eu quero cumprimentar V. Exa. primeiro por estar retornando a este Parlamento. V. Exa. que já esteve aqui conosco em diversas oportunidades, retorna agora e mais uma vez trazendo um bom projeto à discussão neste plenário. Eu pude observar da manifestação de V. Exa. e também porque tive a deferência de parte de V. Exa. e de sua assessoria, de conhecer as razões que o levaram a apresentar este projeto. E sem sombra de dúvida se existe alguma coisa que está aí presente no dia-a-dia e infelicitando a vida do cidadão é o Serasa e suas normas e sua prática.

Nós temos conhecimento e V. Exa. também tem conhecimento de pessoas que deixaram de pagar de repente dez reais, quinze reais de um determinado crediário e que foram colocadas dentro do Serasa e que para depois sair desse Serasa tem que pagar 40, 50 reais, além de todo o transtorno. Portanto, tem V. Exa. o meu apoio e o meu entusiasmo para com o projeto que traz a conhecimento deste Plenário no dia de hoje.

Parabéns, deputado Baratter, continue assim porque isto só contribui para o Estado do Paraná e para o engrandecimento de V. Exa. como parlamentar desta Casa.

O Sr. Eli Ghellere

Permite um aparte, deputado?

Quero da mesma forma que o deputado Orlando Pessuti, também parabenizar V. Exa. pelo projeto que traz a esta Casa.

Tenho acompanhado os passos que V. Exa. tem dado à região e vejo a preocupação que tem com a causa popular, pelas causas principalmente do oeste do Paraná.

E também quero aproveitar a oportunidade, além de declarar o meu apoio pessoal a este projeto, registrar nesta Casa que hoje é dia 19 de agosto e estão abertas as inscrições para o vestibular na Universidade Federal do Paraná e a previsão é de que aproximadamente 60 mil

jovens se inscrevam para o vestibular da Universidade Federal e segundo pesquisas 70% desses jovens vão chegar até o local para preencher a sua ficha de inscrição sem ter a certeza e sem ter a orientação necessária para escolher a sua profissão e a sua vocação profissional. E esta Casa tem a oportunidade de mudar essa situação.

Apresentei um projeto de lei no ano passado onde foi apreciado e infelizmente rejeitado por esta Casa de Leis onde eu pedia que fosse colocado no currículo escolar, na grade do ensino médio uma disciplina que dê oportunidade ao jovem de ter a orientação necessária para escolher a sua profissão e para escolher também a sua vocação profissional. Infelizmente foi rejeitado por esta Casa de Leis; o projeto foi repassado e aproveitado a oportunidade neste dia para que os colegas analisem este projeto de suma importância para que nós possamos aprová-lo e a partir do ano que vem tenha na grade horário, na grade curricular uma disciplina que oriente que quando o jovem for tomar a decisão mais importante da sua vida, que é escolher a sua profissão, ele tenha pelo menos condições de escolher a profissão que queira exercer.

Parabenizo o deputado Baratter pela excelente iniciativa e ao mesmo tempo peço que V. Exa. analise o meu projeto também e dê o apoio, se possível.

O SR. ANTÔNIO BARATTER

Obrigado, pelo aparte.

Encerrando, senhor presidente, para que os nobres parlamentares tomem conhecimento de mais uma barbáridade cometida pelo Serasa: o Serasa vende dois milhões e meio de consultas, por dia, o que equivale a 1.700 consultas, por minuto, durante 24 horas, todos os dias. Nesse comércio, a União, através da Secretaria da Receita Federal, é a parceria comercial na condição de fornecedor do principal insumo que compõe os produtos Serasa. Os dados sigilosos confiados ao Fisco, por todos nós cidadãos brasileiros - quem está no Serasa tem dificuldades para ser um cidadão.

Vou passar a ler o que é que o cidadão brasileiro não poder fazer, por estar no Serasa: "abrir contas ou renovar limites em banco; participar de financiamento para aquisição de casa própria; fazer qualquer tipo de crédito; participar de concursos públicos e licitações; adquirir novos empregos, pois a grande maioria das empresas consulta o SPC, antes de contratar seus funcionários; além do que 63 bilhões disponibilizado do nosso dinheiro para o FAT, a maioria desses bilhões de reais circula na ciranda financeira, fazendo com que a sociedade não possa se desenvolver economicamente."

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

Quero também fazer uma menção honrosa às pessoas que se dirigiram, aqui, a esta Casa, que estão favoráveis a esse projeto de lei.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O governo do Estado do Paraná parece que está brincando com os funcionários públicos do nosso Estado - Diário dos Campos, domingo, um dos jornais de maior circulação da minha cidade de Ponta Grossa e na Região dos Campos Gerais. Além dos funcionários públicos, quando foi fechado o IPE quando foi criado o Parana Previdência, a maior mentira desse governo, foi quando disse que nada iria cobrar dos funcionários públicos e ofereceria um tratamento de saúde aos funcionários e seus familiares de alto quilate e, realmente, de atenção devida às doenças e a tudo aquilo que era destinado à saúde do servidor.

Agora, senhor governador Jaime Lerner, os pacientes do SUS vivem um drama em Ponta Grossa. Depois da suspensão dos internamentos eletivos do SUS, por 30 dias, a Secretaria Estadual de Saúde anunciou, na última sexta-feira, uma nova determinação de contenção. O pagamento dos hospitais pelos serviços prestados ao SUS, em julho, terá um desconto de 10 a 15%. Sem atendimento, os pacientes vivem um drama em Ponta Grossa, que capitaliza toda a Região dos Campos Gerais, onde temos uma população de mais de 600 mil pessoas. O funcionário público sem atendimento. O cidadão brasileiro que ali vive na minha cidade, na minha região, nada tem e o governo continua mentindo com uma propaganda enganosa. Depois dessa suspensão temporária, senhor presidente Hermas Brandão, por 30 dias, valendo que do dia 15 deste mês, internamentos eletivos do SUS, a Secretaria Estadual de Saúde manda uma determinação de que não há mais internamento.

Parece-me que o governador, por um passe de mágica, com uma varinha de condão, ele não deixa mais ninguém ficar doente no Paraná e principalmente na região dos Campos Gerais, deputado Edno Guimarães; está suspenso o internamento e as doenças param. O Governo está brincando, como está brincando com a Polícia Civil do Estado, com a Polícia Militar, com os servidores públicos, nos aumentos já anunciados das medidas já tomadas, da presença não nesta tarde, nas inúmeras vezes nas comissões e nos nossos gabinetes, o Sindicato da Polícia Civil pedindo o que é direito, o que é justo, o que o Governo está devendo há muito tempo e tem que ser recuperado. Acredito que hoje, servidores da Polícia Civil, a sua parte o governador vai ter que realmente, através da bancada da maioria que ele possui nesta Casa, porque da bancada do povo vocês podem contar com nossos votos, falta tão somente um pouquinho do lado de lá para somar com vocês e dar o que vocês merecem há muito tempo e nós vamos aprovar o que realmente vocês anseiam e o que vocês precisam.

Mas temos que estender mais, senhor presidente, essa questão da saúde é fundamental. Tem Moacir dos Santos que é diretor do Hospital Bom Jesus de Ponta Grossa, mostra em números e nós estamos enviando a este Plenário um requerimento, endereçado ao governador do Estado e ao secretário da Saúde, aliás, secretário que tem a melhor das boas vontades para realmente sanar as irregularidades, as deficiências do atendimento de saúde, mas não oferecem meios para que isso possa realmente ser alcançado.

Por isso, senhor presidente, de janeiro a julho, as guias de internamento no hospital, as guias mandadas não foram suficientes, a defasagem está estampada em números e apresentamos no requerimento.

Queríamos tão somente, senhores deputados, e aqueles que nos visitam, de que o governador, o Governo está falho, em todos os sentidos, mas não poderia falhar no sentido da saúde ao servidor público e principalmente no repasse de internamento do SUS.

Encerro, senhor presidente, dizendo a vocês, família do policial civil do Estado do Paraná: se fosse de nossa vontade vocês já teriam esse atendimento que vão ter, acredito nesta tarde, há muito tempo; a nossa bancada, a bancada do povo, através dos representantes nas diversas comissões, têm-se feito presente, agilizando o processo, empurrando a matéria para conseguir os direitos que todos vocês possuem e há muito tempo não são atendidos.

Quero que o presidente da Casa, depois de aprovado, mande imediatamente ao governo e que ele tenha desta vez um pouquinho de sensibilidade e vergonha na cara para administrar bem a Polícia Civil e o nosso Estado do Paraná.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Agora há pouco um jornalista me perguntou qual seria a renovação da Assembleia Legislativa do Paraná, e eu perguntei ao jornalista o que é que ele entendia, por exemplo, renovação da Assembleia. “Mas quantos não voltarão?”. Olha, não sou adivinho! Aliás, estamos num país em que todo mundo acha tudo a respeito de tudo, inclusive ignorantes que não sabem nada se metem a falar a respeito de assuntos que deveriam ficar calados, porque só dão vexame. Mas eu respondi ao jornalista o seguinte: vamos analisar um pouquinho esse problema da renovação. Você acha, por exemplo, que é renovar você tirar um deputado ou uma deputada daqui e colocar no lugar dele um comprador de votos? Alguém que pega aquele trem pagador, o Biggs, aquele baita ladrão inglês que assaltou lá na Inglaterra, fez o maior assalto da história, e esse candidato sai por aí com o trem pagador. E aí, deputado

Strapasson, vamos ter a renovação, aqui. Entra um comprador de votos que não quer saber de nada com a política, a não ser usar o Poder Legislativo para trambicar, para corromper. E temos a renovação. Olha, a deputada tal, o deputado tal, não voltaram e no lugar deles veio quem? Um traficante de votos.

Aí, conheço deputados, aqui, posso até no caso citar a mim mesmo, comecei a fazer política no chamado ginásio, no grêmio estudantil, fui para o científico, para a universidade enfrentando toda essa classe dominante, latifundiários, produtores de fome, de miséria, enfrentando banqueiros ladrões, enfrentando uma classe dominante branca e insensível contra a maioria da população. E fiquei nessa caminhada, durante todos esses anos.

Senhor presidente, é melhor eu interromper o meu pronunciamento e segui-lo depois? Quero saber, senhor presidente, se devo encerrar a minha participação e voltar amanhã para falar?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. está com a palavra.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, estou com a palavra e quero fazer mais uma vez séria. Abomino comprador de voto, corruptores de eleições, aqueles que nunca demonstram nenhum pinga de interesse pelos problemas que existem dentro da sociedade e aparecem 30, 60, 90 dias antes das eleições para conspurcar. E nós ficamos na mesmisse das coisas.

Outro dia vi aqui o Líder do Governo falando a respeito da segurança e elogiando a segurança. Tirei o jornal e mostrei o 19º assassinato em Almirante Tamandaré. E nós vamos para casa.

Olha, aqueles que ficam escarafunchando, ficam arranhando a superfície e não vão a fundo em nada.

Deputado Divanir Braz Palma, V. Exa. que resolveu não disputar as eleições, não entro no mérito das convicções que fizeram V. Exa. se retirar deste Parlamento, mas espera lá, tem hora para tudo. Aqui, nesta Assembleia, senhor presidente, se soltar fogos talvez daqui uns dias quando alguém esteja sendo velado, aqui. Olha: “atenção deputados e governador Jaime Lerner, sem mágoas. E a Polícia Militar?” Os senhores da Polícia Civil alcançaram o que pretendiam. Tudo bem, nós colaboramos com isso. Já falei com o presidente da Casa para que possamos fazer ainda hoje uma Sessão Extraordinária para avançarmos e aprovarmos aquilo que a Polícia Civil pretende. Mas e a Polícia Militar? Vamos continuar a debater. As esposas dos militares que precisam ter um mínimo de segurança em casa, não têm o dinheiro para pagar o gás, a taxa de esgoto da energia elétrica, não têm dinheiro para levar o filho ao médico, ao dentista. Ora! E nós vamos ficar brincando de eleições, dessas coisas que dizem na nossa frente.

Senhor presidente, sou um homem que aprendi a fazer a diferenciação das coisas. Quando alguém vem me

dizer que fulano é um gênio, vou analisar para ver o que é que está acontecendo do outro lado. Eu tenho esse espírito de debate democrático, contraditório e eu mesmo, na minha vida, muitas vezes fui impedido, de maneira anti-democrática, de usar os direitos que eu coloquei, inclusive, na Constituição Federal.

Há um ano e pouco atrás, a meninada do Paraná, indignada, cheia de rebeldia no seu coração, invadiu esta Assembléia aqui, muita gente ficou horrorizada! “Mas vejam os nossos jovens, invadiram a Assembléia!” Grande coisa, grande coisa! Fizeram muito bem e tiveram o meu apoio. Os jovens, indignados com aquilo que se fez com o Paraná, 97%, segundo algumas pesquisas, outras mais conservadoras, mas nunca menos de 93%, a população do Paraná deu um recado para todos nós: “não vendam a Copel!”. Esse governo aí, minoritário, isolado, antipopular, um governo que não atende a reivindicação de uma mulher, seja ela professora ou esposa de um policial militar, esse governo, nos seus assemelhados, parentes de 1º grau, o compadrio da classe dominante, esses todos estão aí. O que eles querem? O *status quo*, stablishment. O que eles querem? Eles não querem avançar, eles querem que as coisas permaneçam assim. Os jovens que invadiram aqui, traziam a repugnância que só os jovens sabem ter em relação aos fabricantes de fome, de miséria e de desemprego. Hoje, 21% estão desempregados e aí, os empregos que eu vejo numa hora dessa, são dos trens pagadores, aqueles que saem por aí, invadindo cidades e, no cash, tendo a solidariedade ideológica e política.

Eu não sou melhor do que ninguém, não sou professor de ninguém, mas eu queria, eu que estava falando do contraditório, pretendo sim...

Senhor presidente, eu falo no horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. usou, mas vou conceder mais alguns minutos para V. Exa.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Agradeço a benevolência de sempre de V. Exa..

O Sr. Cezar Silvestri

Permite-me um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Já estou com escassez de tempo, deputado. Sempre gosto de ser aparteado por V. Exa., porque é um deputado que tem, de minha parte, o maior respeito e a maior consideração.

Concedo o aparte.

O Sr. Cezar Silvestri

Agradeço.

É só para reforçar o seu pronunciamento.

Nós tivemos aqui o secretário da Fazenda há pouco mais de 60 dias atrás, quando ele comemorava com todos

os paranaenses, falava do grande empenho da Secretaria da Fazenda, onde aumentou a arrecadação do ICMS. Foi o Estado do Paraná que teve o melhor desempenho, comparativamente com todos os Estados da Federação. Falo isso por causa da contradição. Ao mesmo tempo em que fala que o Estado aumentou a arrecadação, ele diz que não pode dar aumento aos policiais militares e aos professores em função da Lei Camata, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal e em contrapartida, o governo do Estado gasta 200 milhões nos Jogos Mundiais da Natureza, gasta 500 milhões com publicidade. Então, na verdade, o que está faltando é vontade política e sensibilidade por parte do governo para atender as justas reivindicações dos policiais militares, professores e todo o funcionalismo público.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Agradeço o aparte, incorporo o aparte ao meu modesto pronunciamento. Agora, esse governo aí, como outros, não é único não, essa é a conversa dos neoliberais de sempre, os neontreguistas que sejam, agem dessa maneira. Então, tudo hoje jogam em cima da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, essa Lei de Responsabilidade Fiscal que em termos, é um avanço, porque procura equilibrar a despesa com o gasto, na realidade, é mais uma imposição do Fundo Monetário Internacional, porque se você não gasta na educação, no social, sobra dinheiro para as prefeituras para fazer o quê? Para pagar os empréstimos que o governo fica todo dia fazendo propaganda dele, porque ele não faz nada!

Então, vamos jogar dinheiro fora! Lá na minha cidade, por exemplo, tinha que pegar um empréstimo em dólar, um a um, um dólar, um real para fazer fonte luminosa e já está em 3,50 e tem gente que acha que está perfeito. O que fazem? Nós criticamos a política do FMI, o Ciro Gomes também critica mas, noutro dia ele falou que o ACM, Antônio Carlos Magalhães era mais sujo que pau de galinheiro e agora ele beijou o pau do galinheiro. Então amanhã, da mesma maneira em que ele mete o cacete no FMI, talvez vai lá se curvar, se alquebrar, se ajoelhar, diante desse maldito Fundo Monetário Internacional e nós vamos ficar aqui com cara de idiota sempre, com esses caras mentindo de cedo até as vinte e quatro horas e no outro dia, recomeçam.

Essa Lei de Responsabilidade Fiscal é a desculpa para governo desse jeito.

Interessante, não é? Eu fui prefeito em época de inflação. Num mandato meu, dei 48 aumentos para o funcionalismo. Todo mês tinha aumento para o funcionalismo repondo aquilo que a inflação comia e eu me lembro dos funcionários da área da educação, vindo de Ponta Grossa para cá, a pé, para querer a reposição pelo governo.

Aqui se fez uma festa! Nenhum deputado deixou de falar, praticamente. Todo mundo! Aquela “patriotada”, cantaram a música “A Professorinha”, fizeram aquela

farra de alegria. Eu fui uma voz que chegou aqui e disse: “Não vão na conversa, não!”. O poeta Thiago de Mello diz que o sonho dele é fazer com que as pessoas não pudessem falar mentiras, mas mentiu-se muito aqui no âmbito do governo Lerner. Até hoje não conseguiu a reposição salarial e não vai dar nada para ninguém por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal e nós vamos ficar brincando de achar que isso é sério. Tem aquela afirmação em que você fala uma mentira mil vezes e ela se transforma em verdade. Para mim não. Para mim não. Portanto, quero dizer o seguinte: em nome da Oposição e em nome do PMDB. Muito bem que a Polícia Civil tenha alcançado algumas das suas reivindicações. Mas e os outros? Esta Lei de Responsabilidade Fiscal é mentira! Este governo que vocês muitas vezes brigaram por ele gastou 500 milhões de dólares em propaganda, durante 4 anos, 500 milhões de dólares! Deus me livre! Dava para comprar, se fosse o caso, uma mansão para cada policial militar. No entanto eles ficam aí mentindo para vocês, mentindo para a gente, querendo fazer a gente de palhaço, eu não tenho mais paciência! Se as pessoas perdem a paciência comigo eu tenho um compromisso comigo, não estou aqui neste mundo para ver as coisas do jeitinho que elas são! Eu fico muito contente quando o deputado que me aparteu, num outro pronunciamento, falou o seguinte: “O representante do povo talvez aquele que tenha vida política mais longa de nós, o deputado Waldyr Pugliesi, é ele que tem o discurso do amanhã, do futuro”.

Eu me lembro senhores, que aqui, ali sentado o governo, Ingo Hübner, o homem com aparência hitlerista comandando a Copel, a Secretaria da Fazenda. A ele foi dito que se fosse presidente de uma companhia privada seria demitido pela empresa porque vem aqui para falar mal da empresa que é orgulho dos paranaenses, não era competente para eles, não era competitiva porque não poderia competir com ninguém, não era estratégica! A água que Deus manda a Copel represa, transforma em energia, transmite milhares e milhares de quilômetros de transmissão, milhares e milhares de quilômetros de distribuição, chega a casa de todo mundo! Então deram para a Tradener 10 mil reais e no primeiro ano ela teve um lucro de 28 milhões de reais! E depois não querem que os jovens venham para cá espatifar cadeiras e fazer o diabo a quatro!

Senhor presidente, além de pedir ao pessoal do som para dar uma olhada nisso aqui, porque interrompe, eu queria deixar registrado aqui, agora que está fazendo um ano isso, estivemos aqui, em nome do povo, eu gostaria que ninguém esquecesse aquilo que aconteceu aqui, foi a maior batalha que se travou no Paraná, nos últimos anos! E será que aquilo vai ser esquecido? Será que aqueles que dizem que o povo não tem memória estão com a razão? Eu acho que não!

Portanto eu termino dizendo o seguinte: “Tenho saudades do futuro, tenho saudades do amanhã”. Querendo dizer com isso que eu acredito, mesmo sem ser

religioso na determinação da Bíblia: “Não vos conformais com o mundo que temos”. Este mundo está muito feio, eu quero transformá-lo! Eu acho que dei um pouquinho da minha vida para fazer essa transformação e estou combatendo aqueles que procuram segurar o povo no seu anseio de avançar.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente vamos conceder a palavra à Sra. Lúcia Sobral, presidente do Movimento das Esposas dos Policiais Militares, por 10 minutos.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, várias vezes na tribuna reclamei da qualidade do som. Chego aqui, deputados dizem que aquilo que falava entrava entrecortado, nós não temos retorno. E aí obriga deputado, no meu caso, fazer o quê, aumentar o tom de voz. Olha! Foi feita uma reforma aqui na Casa, o secretário Valdir Rossoni dedicou toda sua competência, mas você vai à tribuna... o líder do meu partido olha o que está dizendo - um político que esse sim, fica quatro anos, não tem nada desses trens pagadores que têm por aí.

O que ele está falando é que não conseguiu ouvir praticamente o discurso, porque ele vinha entrecortado. É preciso que esta Casa tome providências, no século XXI... o que pode fazer é regular para cima ou para baixo. Agora nessa qualidade aí senhor presidente, quero mais uma vez registrar a minha contrariedade com isso que acontece. Não sei se é culpa lá em cima, creio que não. Mas aquilo que eu sentia lá, você não tem retorno, condição de dominar a sua própria voz, porque você não ouve direito aquilo que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos fazer uma solicitação ao nosso 1º secretário, para que tome as providências exigíveis para o caso de V. Exa.

Com a palavra a Sra. Lúcia Sobral, presidente do Movimento das Esposas dos Policiais Militares do Estado do Paraná.

A SRA. LÚCIA SOBRAL

Primeiro quero agradecer a oportunidade que nós estamos tendo de falar um pouco a respeito da Polícia Militar e das nossas necessidades.

Parabéns Polícia Civil! Vocês são merecedores de todo respeito que o Governo do Estado esta lhe oferecendo. É uma classe que merece realmente. E nós estamos muito felizes de estarmos participando dessa dignidade que o governador ofereceu para a Polícia Civil.

A nossa pergunta: e a Polícia Militar? O que o governo tem a nos oferecer? Por que esquecer de nós. Por que não nos dar uma resposta? Estamos a um ano perguntando, ninguém nos responde. São negociações, são conversas, promessas e até hoje não temos resposta.

Tivemos como uma forma de - digamos - "ele foi bonzinho para a Polícia Militar nos trazendo viaturas, entregando em frente ao Palácio do Governo, a imprensa mostrando - Scenics, lindas e belas". E daí, resolveu o nosso problema? Temos uma Corporação pedindo socorro. Ninguém observa. Tenho certeza que quando esse nosso projeto, que está na Secretaria da Administração chegar a esta Casa, os senhores irão observar e irão trazer a resposta que nós estamos precisando. A nossa pergunta - Jaime Lerner - o que será que ele está pensando. Por que a Polícia Civil. Parabéns mais uma vez! E a Polícia Militar? Nós temos 20 mil homens trazendo a segurança para o Estado do Paraná. É muito lindo e muito belo, noticiar como a pouco as honras da Polícia Militar recebidas por esta Casa em seu aniversário. Que lindo! O governo está honrando em mostrar nos jornais e nas revistas que o Paraná tem a melhor Polícia Militar do país. Muito bem, nossos homens merecem mesmo. E são honrados com a farda que vestem. São profissionais de uma alta classe. Nós esposas, quando eles saem de casa nós nos despedimos dizendo: que Deus te abençoe e que você volte para casa! Porque o bandido que ele vai enfrentar, ele tem uma AR-15, uma escopeta. Nosso policial tem um 38 e muitas vezes até com problemas. Não entendo muito de arma, mas eles nos dizem. Temos policiais sem colete à prova de bala, mas ele tem que cumprir com o seu dever. Tem que honrar a farda que veste.

E o nosso Governo por que não honrar com as suas responsabilidades com o policial militar? Por que - exige dele que responda a todos os anseios da sociedade e não traz para ele o que ele merece dignamente. É só um salário digno e não queremos muito. Não estamos aqui pleiteando um salário de 4, 5, 6, 10 mil reais. Não! é só o nosso direito.

Nosso projeto está lá. 11 de setembro recebemos uma resposta, está lá o 5219304, Secretaria da Administração, por que não tiram? O que esperam? O que querem de nós, uma corporação ativa no Estado, trazendo a segurança para a população, quando a população grita; "Mas a polícia não vem". Não vêm por quê? O efetivo não dá. Fala-se em dez mil homens, nós temos dez milhões de habitantes. Quando mostram nos jornais belas viaturas, mas e daí, a população diz: "A polícia não nos atende". Não atende porque quando é chamada para uma ocorrência existe outras e outras, existe uma morte, existe uma família gritando por socorro.

O nosso apelo aqui hoje, e parabéns à Polícia Civil, estão de parabéns mais uma vez, toda a direção da Polícia Civil que trazem as necessidades e o Governo os atende, e mais uma vez eu pergunto o que será que ele espera de nós a partir de hoje? E se a Polícia Militar pára? E se eles dizem: "Não vou mais, não posso mais, eu não tenho

mais como sair para trabalhar e deixar minha família em casa mais sem segurança do que o bandido que eu vou buscar na rua". E daí, será que ele nos responde? Será que ele diz para nós o porquê de tudo isso? Um único apelo aos senhores deputados desta Assembléia, Hermas Brandão, agradeço a oportunidade que está nos dando, peguem o nosso projeto, digam para o governador, situação do lado do governo, muitas e muitas vezes acompanhei os senhores defendendo os atos do Jaime Lerner, quando nós perdemos o nosso HPM por exemplo, ouvi muitos deputados defenderem o SAS com veemência, só que eles não sabem o que é enfrentar um Hospital Evangélico sem conseguir sequer uma consulta, porque não vão lá, é claro que vão defender. Não estudam, não analisam e não vêm. Vi aqui nas galerias levantarem naqueles microfones e dizerem: "É a melhor coisa que ele tem para oferecer". Mas não perguntaram para nós se era isso que nós queríamos. Nós queremos o nosso HPM de volta sim, nós temos os nossos médicos no hospital da polícia que nós confiamos, que nós respeitamos, que nos atendem há muito tempo, é ele que nós queremos; mas não, mais uma vez ele disse; "Vou tirar e não me interessa se está bom ou ruim para vocês". E mais uma vez a Polícia Militar fica sem resposta. Pedimos para os senhores, por favor tentem, nos ajudem quem tem acesso ao governador, diga para ele que não é justo o que está sendo feito, não é justo homens que trazem a segurança para ele, na Polícia Militar que está na frente da casa dele, é uma viatura nossa que está lá defendendo a casa dele, e por que esses homens não têm valor nenhum? Esperamos que se consiga uma resposta, porque talvez nós tenhamos que dar a resposta e não seja a que ele espera.

Muito obrigado pela atenção dos senhores e nós contamos com o apoio de toda a Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças: PL; PSC; PFL; PSL; PT; PT.

(**Declinam**)

PSDB. Com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente e senhores deputados, nós queremos fazer coro também ao que disse a representante das mulheres de policiais militares presentes a esta Casa nesta tarde, como já fizemos em tantas outras oportunidades quando também acompanhamos esse mesmo movimento reivindicatório, ocasião em que alguns choques ocorreram entre elas e os próprios policiais militares. Demos toda a cobertura possível, levamos a nossa solidariedade. Da mesma forma fizemos isso, quando da situação do Hospital da Polícia Militar. Quando lá estivemos levando o nosso apoio, estivemos lá em reunião com a parte oficial da Polícia Militar, relativa ao próprio Hospital. Fizemos aqui na semana passada também, como já o fizemos no dia 25 de março deste ano, quando aprovamos o requerimento de minha autoria reiterando o

pedido de encaminhamento, sugestão e apelo ao senhor governador do Estado, para que, no plano de segurança, medidas e combate de criminalidade, priorizasse a revisão salarial dos policiais civis e militares de base, através de um encaminhamento ao Legislativo do plano de cargo, salários das carreiras de base da Polícia Civil e Militar. Na época fizemos vários considerandos, demonstrando a preocupação com a Polícia Civil e Militar. A Polícia Civil teve mais sorte. Já na semana passada o projeto veio para esta Casa. E nós, que fomos indicados pela presidência para sermos o relator do projeto, fizemos um estudo profundo e com base técnica e tivemos a aprovação unânime da CCJ desta Casa.

Hoje já, através da lei de parecer favorável da Comissão de Segurança Pública presidida pelo deputado Ricardo Chab, da Comissão de Finanças presidida pelo deputado Ademir Bier também já tem parecer favorável e está apto para ser votado hoje em 1ª discussão. E tem na mesa um requerimento de minha autoria, pedindo também que se faça mais uma Sessão ainda hoje à tarde, para que possamos, cortando o interstício dos projetos já aprovados em 2ª votação.

Com isso, projetos sem emendas ficam liberados, inclusive da comissão de redação e já podem ser encaminhados ao governador para que venha sancionar esta lei tão solicitada pelos policiais civis.

Ao mesmo tempo quero aqui fazer o mesmo apelo ao líder do Governo aqui na Assembléia, até porque o projeto de lei, o estudo feito pela Polícia Militar em relação à sua solicitação, dos seus soldos já foi encaminhado para o Governo do Estado no dia 26 de junho de 2002. Todo o estudo preliminar, todo encaminhamento, inclusive com uma tabela de base de cálculos. Nesse projeto contém o aumento genérico do soldo; altera o índice de escalonamento vertical; extingue as gratificações de função policial militar de efetivo risco de vida e o adicional de natividade. Revoga a Lei nº 13.280/2001 que trata dos serviços extraordinários. Revê o índice de gratificação policial militar especial; altera o CDV para que toda e qualquer outra vantagem inserida somente incida sobre o soldo. O que é que chama atenção desse projeto da Polícia Militar que não é de conhecimento e toda a categoria ainda, de toda a corporação mas que já temos uma cópia desse projeto aqui em mãos, com todo escalonamento. Onde fala que um soldo de um coronel fica fixado em R\$2.836,40, o qual servirá de base estipular os soldos dos demais pontos de graduação dos integrantes da Polícia Militar. E observada ainda a estrutura da tabela de função do escalonamento hierárquico, cujos índices são os constantes do quadro abaixo, como está aqui toda feita essa tabela.

O que chama a atenção no projeto da Polícia Militar, que ainda não veio para esta Casa, mas que nós já tivemos acesso e alguns companheiros também, como é o caso do coronel Furckin que está aqui presente, que é o presidente da AMAI.

Também fala aqui:

“Não absorve inteiramente o diferencial da gratificação policiais militares especiais aos beneficiados com as decisões judiciais. O projeto da Polícia Civil absorve inteiramente, com isso mantém discrepâncias que exigem artifícios de legalidade duvidosa para retirar benefícios obtidos através de coisa julgada.” Isso no que concerne ao projeto da Polícia Militar.

“Promove o achatamento salarial na carreira dos graduados; mantém benefícios odiosos, como da indenização diferenciada de representação para Casa Militar da Governadoria do Estado, para qual não se exige nenhuma qualificação diferenciada do restante da tropa; revoga bem que reconhece aos policiais militares o direito à indenização por horas extraordinárias quando devia apenas regulamentá-la; mantém o decreto que cria gratificação de trabalho insalubre a quem exerce função correlata a de agente penitenciário no interior e nos muros do sistema penitenciário em flagrante desvio funcional; reduz as ajudas de custo sobre o pretexto de que os soldos aumentam de valor; veda o desconto da mensalidade das entidades sociais vinculadas ao soldo; mantém o desconto de 2% em favor do Fundo de Saúde, multiplicando o seu lastro financeiro sem acréscimo de compromisso social ou sem qualquer compromisso social negociado; cria artifício de contenção dos ganhos auferidos na Justiça presente e futuro, uma apelação evidente ao princípio de direito que torna intocável a coisa julgada; reduz a remuneração dos últimos postos da corporação ou da graduação do subtenente; mantém a paridade salarial das polícias.”

Esses são alguns itens observados aqui através do estudo feito pela AMAI através do coronel Furchin, que certamente vai estar já nos próximos dias no jornal da própria entidade.

Então, senhor presidente, com todo esse estudo já na Secretaria da Fazenda, esta Casa ainda não recebeu, pelo menos nós parlamentares, nenhum sinal, muito embora V. Exa. tenha feito vários apelos ao secretário da Administração, ao secretário da Casa Civil, no sentido de que a Polícia Militar, a exemplo da Polícia Civil, também mereça por parte do Governo considerações, com já foi dito aqui pela representante das mulheres.

Nós sabemos a dificuldade, nós sabemos o quanto é difícil para o Policial Militar sair da sua casa para prestar serviço à sociedade ganhando um salário que hoje ainda não é aquele que pretendíamos que fosse.

Cinco anos, vai para sete já, sem nenhuma melhoria salarial, a não ser uma gratificação que por sinal não atingiu toda a base da corporação da Polícia Militar.

Então, faço um apelo aqui também, senhor presidente, da mesma forma como relator do projeto de Polícia Civil e ao mesmo tempo agradecendo ao Governo do Estado por ter atendido essa reivindicação dos policiais civis, os quais estão gratos aí, está aqui o Luís Bordoviski do Sinclapol; está aqui o companheiro Fila da União da Polícia Civil; está aqui o delegado Valdi Saunem; estão aqui nas galerias representantes da Polícia Civil; agradecidos a esta Casa e ao Governo do Estado

que nos últimos dois meses proporcionou à Polícia Civil um novo Estatuto que tive a honra de ser o seu relator.

O projeto das aposentadorias especiais, de autoria de V. Exa., presidente, que também tive o privilégio de ser relator e agora do projeto da Polícia Civil que trata também da sua isonomia que também tive o privilégio de ser o seu relator.

Espero que da mesma forma a Polícia Militar ainda, os estentores deste ano legislativo, possamos acenar, que o Governo ainda possa, senão com tudo que pede aqui o estudo feito pela Polícia Militar, mas pelo menos se veja, se negocie.

Final de contas há essa possibilidade.

O impacto que daria esse projeto da Polícia Militar seria na ordem de nove milhões de reais.

Poderia ser negociado, tenho certeza, com a corporação, isso fosse feito paulativamente.

Mas, o que é importante neste momento, para evitar até o começo de uma rebelião dentro da Corporação.

Eu falava dias desses, com alguns oficiais comandantes de batalhões, a dificuldade que estão tendo para manter a disciplina, para manter a hierarquia a corporação, porque ao ver, ao notar na imprensa a divulgação do atendimento da Polícia Civil, se sentem eles em segundo plano, em não ter esse mesmo tratamento por parte do governo do Estado.

A Polícia Civil, tenho certeza, também está solidária nesse momento com a Polícia Militar como disse a representante das esposas de policiais militares, ela também cumprimentou a Polícia Civil, não há uma guerra entre uma instituição civil e uma corporação militar.

Mas, há uma solidariedade, porque se as suas não estiverem trabalhando em conjunto, quem sofre as consequências é a população.

Por isso, faço aqui um apelo, senhor governador, para que o líder do Governo, possa reivindicar junto ao Governador, o encaminhamento para esta Casa, do projeto que também dê a estruturação, a melhoria do soldo dos policiais militares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário do PTB.

Deputado Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Queria dizer ao senhor presidente, há trinta anos, seis anos de vereador, dezesseis anos neste parlamento, há trinta anos no rádio e na televisão, sei porque me criei. A minha faculdade foi o plantão de uma Delegacia de Polícia.

O repórter policial tem que passar por uma faculdade. A melhor faculdade é o plantão de uma delegacia de polícia. A melhor faculdade é a sala de imprensa da Polícia Militar.

É por que ali que nós vemos os dramas e as comédias que passam a nossa gloriosa Polícia Militar e a nossa gloriosa Polícia Civil.

Falo com a cabeça erguida: “Hoje nós temos a melhor Polícia Militar do Brasil, que é o exemplo da Nação Brasileira”.

Tem seus defeitos? Tem! Quem não os tem? Esse Parlamento tem! Atire a primeira pedra quem quiser pular no meu peito! A Polícia Civil do meu Estado é a melhor Polícia Civil do meu Brasil, sim senhor. Porque já demos exemplos de trabalho, de honra, de caráter e de dignidade.

E, às vezes, o que mais me magoa, deputado José Maria, é que quando matam um policial militar, ninguém da Comissão de Direitos Humanos vai à casa dele, para saber se precisam do caixão, como vai ficar a situação da família, quais são os seus direitos constitucionais.

Quando mata o bandido, ali há grande festival; A Polícia Militar matou o bandido! Que pecado do bandido!.

É perigoso até, cantarem o Hino Nacional em cima do caixão do bandido. E pobre da Polícia Militar! Quando morre um policial, a viúva está em casa chorando lágrimas de sangue porque ganha um “salário de privada” neste Estado e neste País.

E a Polícia Civil, quando matam um policial civil, meu Deus! Ninguém fala nada.

É a Tribuna, o Diário Popular, o Alborghetti, a Folha de Londrina, o Estado do Paraná, ou a Gazeta do Povo, ou a Gazeta do Povo lá de Cascavel, ou a Indústria e Comércio, todos os Jornais, inclusive eu, o Chab, o Algaci, o Carlos Simões, porque nós somos carrapichos de Polícia. Sabe o que é carrapicho de Polícia?

Carrapicho de Polícia eu aprendi desde criança. A polícia diz: lá vem o carrapicho. Porque carrapicho gruda no policial e sai atrás do policial. E policial diz: sai, sai, porque está perigoso, nós vamos atirar. Mas nós estamos ali grudados, como verdadeiros carrapichos. E eu me orgulho de ser carrapicho de polícia e eu me orgulho de defender a Polícia Civil do meu Estado. eu me orgulho de defender o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Ordem dos Advogados do Brasil e eu me orgulho, sim senhor, de defender essas mães que estão aqui nesta tarde.

Não é com demagogia, não, minhas mães, não é porque é época de eleição porque eu sempre falei isso na televisão, sempre dei a minha cara para bater pela farda da Polícia Militar.

Defendo a Rone, defendendo todos os grupos, como o Grupo Tigre da Polícia Civil, defendendo esta polícia que está combatendo o narcotráfico, o crime organizado, a violência que não tem cor, que não tem credo que, afinal de contas, a Polícia Civil tem que ser aparelhada. Não é alugando helicóptero que nós vamos resolver o problema, mas é comprando helicóptero, coletes, armamento porque o bandido está mais bem armado do

que a Polícia Civil; os bandidos estão mais bem armados do que a nossa Polícia Militar.

Doutor Fausto, o senhor sabe disso, o presidente do Sindicato que está aqui sabe disso, a doutora Izabel que está aí e que assessora sabe disso.

Então gente, está na hora de tirarmos a máscara e levarmos a cara e pensar, refletir: alguém tem que fazer alguma coisa, senhor presidente. Alguém! Este parlamento é honrado, são cinqüenta e dois deputados e duas senhoras deputadas honradas e eu me orgulho de pertencer a este Parlamento ao lado do deputado José Maria, ao lado do deputado Divanir, de todos que estão aqui e também ao lado de V. Exa. que representa neste parlamento a Bandeira do Brasil, a Bandeira do Paraná.

V. Exa. representa a Constituição do meu Estado e o Hino Nacional.

Então, está na hora de V. Exa. se levantar com todos nós dizermos ao governador do Paraná, ajude, pelo amor de Deus, a Polícia Militar do Estado do Paraná. Ou dá ou desce, não fica em cima do muro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário das Lideranças, PPS.

Encerrado o Horário das Lideranças.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, eu fiquei atento para a chamada do PDT...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O deputado Antonio Carlos Baratter usou o Horário do PDT, mas se V.Exa. quiser fazer uso da palavra por uns três ou quatro minutos, nós lhe concederemos esse tempo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu lhe agradeço.

Muito obrigado!

Senhor presidente, e senhores deputados:

O que venho trazer é o relato de uma situação que é bem próxima à questão trazida pela representante da Polícia Militar, se não me falha a memória a Sr. Lúcia Sobral, mostrando as dificuldades de atendimento na área da saúde que o Estado do Paraná está a passar. A região de Londrina, e não é privilégio só de Londrina, tem vivido uma situação de desespero quando se trata da questão da saúde pública e isto por quê?

Porque, meu caro Alborghetti, faltou investimento, faltou recurso. Os recursos do Paraná são apenas aqueles aplicados pelo SUS.

Hoje a Santa Casa de Londrina, o Hospital Evangélico estão com pacientes que deveriam estar em UTI's, nos corredores, os corredores da Santa Casa e do Hospital Evangélico se transformaram em verdadeiras UTI's em ambiente aberto.

Para ilustrar, esse final de semana ocorreu um problema com um jovem de 24 anos, de Ibiporã, na cidade do Norte Velho, Joaquim Távora. O cidadão caiu, teve um trauma craniano e ficou 24 horas dentro do hospital sem a mínima condição sequer de ser entubado e ali ele permaneceu 24 horas e a central de leitos, de UTI, instaladas aqui em Curitiba, procurando leitos no Paraná e o cidadão morrendo à mingua em cima de um leito dentro de um hospital.

Ora, essa é a saúde pública que esse governo está a oferecer aos nossos cidadãos? Essa é a condição humana que ele diz querer para o Paraná?

O mesmo exemplo ocorreria se fosse a Polícia Militar, que bem lembrado o Governo acabou liquidando com o Hospital Militar da Polícia? E nada está sendo colocado no lugar. O Hospital da Polícia Militar está desativado, não se investe em saúde, o pouco que se investiu na segurança pública do nosso Estado, 50 milhões vieram do Governo Federal que comprou os coletes, algemas e o treinamento dado à Polícia Militar e à Polícia Civil do nosso Estado são de convênios com o Governo Federal. O que falta é investimento, falta é atenção, falta é respeito para com a segurança e para com o cidadão paranaense.

Vem já há algum tempo uma situação insustentável dentro da Polícia, um soldado raso ganha mais que um sargento, em função de uma medida judicial. E o Governo não atende e não busca corrigir essa distorção que provoca no seio da tropa um descontentamento descomunal, perdem os comandantes, inclusive, a condição de hierarquia, porque trabalham e atuam, às vezes, na mesma viatura, lado a lado, um sargento e um policial. O policial hoje está ganhando mais que um sargento.

Então, se formos aqui enumerar, senhor presidente, senhores deputados, encontramos uma centena de razões por que a nossa segurança, hoje, está na UTI. Mas, não é naquela UTI da Santa casa, porque lá não tem, mas é na UTI da falta de respeito, da falta de moralidade, da falta de atenção para com esse setor tão importante da segurança do nosso Estado.

Aqui, senhores, fica o meu protesto e sobretudo a minha denúncia pela situação que vem enfrentando a saúde pública em nosso Estado e posso dizer pela minha região.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

Esta presidência convida a ilustre deputada Luciana Rafagnin para usar o horário do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Hoje é um dia muito importante para nós, deputados, e mais importante ainda para a Polícia Civil, por esta grande conquista de poder ver aqui nesta Casa, nesta

tarde, votarmos um projeto, uma grande reivindicação da Polícia Civil e muito bem merecido porque essas pessoas cuidam de grande parte da segurança do nosso povo do Paraná.

Agora, é importante ressaltar aqui a grande luta da Polícia Militar, aonde quero parabenizar principalmente as mulheres dos policiais militares por esta coragem, pela organização, por serem grandes batalhadoras, porque a gente sabe que enfrentam em casa grandes dificuldades, porque o salário que seus maridos recebem é o mínimo e elas têm que já na própria casa batalhar muito para poder sobreviver e para poder ver a sua família no mínimo garantir a refeição. Isto eu ouvi das próprias mulheres dos policiais, até porque uma disse para mim - deputada, você não sabe o que é chegar ao meio-dia e você não saber o que vai fazer de almoço, o que vai dar para o seu filho comer porque o salário não dá mais para manter um rancho.

Então, isto, o governador Jaime Lerner, eu digo que esse governador nunca deve ter vivido com o salário de um policial militar, porque se tivesse vivido ele não deixaria esta situação nem por um dia.

Esperamos e queremos dizer para vocês que podem contar com o apoio do PT nesta Casa e esperamos que logo se faça justiça também com a Polícia Militar e que seja aqui votado também um projeto, esse projeto também esperado, assim como parabenizamos mais uma vez a Polícia Civil, porque é bem merecedora desse projeto, desse reajuste, dessa gratificação, vamos dizer assim, que acontece, que esperamos que realmente seja aprovada nesta Casa e que esperamos que o governador Jaime Lerner sancione porque muitas vezes a gente se anima aqui dentro deste plenário e espera um resultado muito positivo do Palácio, mas nós como deputados, às vezes, temos grandes decepções com este governador - muitos projetos importantes para o nosso Estado, aqui aprovado, mas quando chega nas mãos do governador Jaime Lerner é vetado, é tirada essa grande conquista que seria do povo do Paraná. Mas a gente espera porque é o mínimo que ele pode fazer é levar em consideração todo esse trabalho feito também pela Polícia Civil.

Gostaria também, senhor presidente, de dizer que no sábado passado nós tivemos no município de Capinema uma importante reunião, na qual quero parabenizar a Amsop - Associação dos Municípios da Região Sudoeste, e também a Camsop, que é a Associação das Câmaras Municipais da Região Sudoeste, a Camsop 13 e a 14, no qual nessa reunião entregou um documento para os cinco candidatos a governador pelo Estado do Paraná que lá estiveram e que puderam então receber pelas mãos da Amsop e da Camsop a pauta de reivindicação, das principais reivindicações da região sudoeste do Paraná e cito entre elas, entre algumas das reivindicações, a questão da saúde aonde pede que seja viabilizado imediatamente o funcionamento do hospital do câncer no município de Pato Branco e pede também a implantação do Hospital Regional em Francisco Beltrão, projeto que já apresenta-

mos nesta Casa e que estamos reivindicando do governo Jaime Lerner e infelizmente só falta vontade política para implantação desse projeto para atender a grande necessidade da região sudoeste, aonde o povo da nossa região precisa viajar, deputada Serafina, 500, 600 quilômetros para chegar aqui em Curitiba para ter um atendimento mais especializado. Isto traz um grande desconforto para as pessoas que já estão doentes e para as famílias que muitas vezes não têm condições para acompanhar o doente e ele fica aqui sozinho, longe de seus familiares, o que prejudica ainda mais o seu estado de saúde.

Também foram apresentadas outras reivindicações no setor de comunicação, o qual pede a implantação de telefonia celular em todos os municípios do Sudoeste do Paraná, que conta com 42 municípios, mas apenas quatro deles hoje, têm telefone celular. Também outras reivindicações que foram apresentadas, como a questão da agricultura, turismo e que a gente espera que os candidatos a governador, pelo Estado do Paraná, que lá estiveram no sábado, que lá receberam esse documento e que lá se comprometeram com a Região Sudoeste, realmente, a partir de 1º de janeiro, cumpram com o que disseram, no sábado passado, nessa reunião, nesse encontro regional.

Quero mais uma vez parabenizar a Região Sudoeste por essa organização. Com certeza, independente de estar nesta Casa ou não, no próximo ano, estaremos cobrando do futuro governador do Estado do Paraná todas essas reivindicações que eles mesmos assumiram.

Muito obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

Esta Presidência pergunta se o deputado Durval Amaral vai falar no Horário da Liderança.

(Declina)

Deputado Waldyr Pugliesi, liderança da Oposição.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, quero mais uma vez falar a respeito do som. Outro dia, eu estava presenciando o pronunciamento do meu candidato ao governo, Roberto Requião. Tanto o Requião quanto eu e outros oradores não somos monócórdios. Não começamos falando de um jeitinho - eu falo alto, baixo. E esse pessoal fica subindo e descendo. Eles devem deixar o som dar o retorno para a gente. Porque já estava começando de novo o problema com a deputada da oposição, Luciana Rafagnin. Não sei se é coincidência, você tem um problema, como os meus companheiros fizeram a constatação, à hora que você sai da tribuna, parece que tudo está bonitinho, aí consertaram o som. Eu quero deixar, aqui, a minha reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de decreto legislativo em nº de 03 (três) de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. Necessita de Apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Orlando Pesutti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2056, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após a presente Sessões Ordinárias. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 309/2001 e 395/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, e Ademir Bier, que concede desconto de 50% (cinquenta por cento) em eventos culturais artísticos para doadores de sangue. **Aprovados.**

REDAÇÃO FINAL DOS PROJETOS DE LEI Nºs 309/2001 E 395/2001 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a meia entrada para doadores regulares de sangue em todos os locais públicos de cultura, em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, esporte e lazer do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei, considerar-se-á como casa de diversões ou estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, feiras, exposições zoológicas, pontos turísticos, estádios, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas, e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

Art. 2º - A meia entrada corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado, sem restrições de data e horário.

Art. 3º - Para efeito desta lei, são considerados doadores regulares de sangue aqueles registrados no homocentro e no bancos de sangue dos hospitais do Estado, identificados por documento oficial expedido pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06.08.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 308/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Batista Aliança Eterna (creche), com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2002, de 08.05.2002)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 365/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Artística para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 365/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural e Artística para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.08.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 366/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios - Paraná Metrologia, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 366/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.08.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 367/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Instituto Paranaense 28 de Junho - Conscientização e Direitos Humanos (Inpar 28 de Junho), com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 367/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Paranaense 28 de Junho - Conscientização e Direitos Humanos (Inpar 28 de Junho), com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.08.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 375/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Pastoral da Criança do Município de Sarandi, com sede e foro no mesmo município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 375/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Pastoral da Criança da Paróquia Nossa Senhora das Graças de Sarandi, com sede e foro no município de Sarandi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.08.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 390/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra - ARA, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 390/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra, com sede e foro no município de Formosa do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.08.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi. **COM PARECERES FAVORÁ-**

VEIS DA CCJ E SP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 628/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/2001, que autoriza a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, a participar da Cohaprev - Previdência Privada da Cohapar, em conformidade com o disposto no artigo 237, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre o censo populacional dos portadores de necessidades especiais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 598/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que dispõe sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e 1º grau da rede pública e privada do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP E CECE. **Em votação.**

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Quero cumprimentar V. Exa., que em boa hora veio trazer aos alunos da rede escolar do Paraná essa tranquilidade que há muito tempo deveria ser corrigida. Tem criança que carrega 10, 12 kg na mochila, levando todo o material didático, quando ele tem que ser diferenciado.

Parabéns a V. Exa. pela presidência de hoje e pelo projeto que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

Muito obrigado.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Icaraíma, o terreno situado no distrito de Porto Camargo, no município de Icaraíma. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CTIC. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda: **Aprovada.**

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 529/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2002, que objetiva definir e adotar normas legais pertinentes aos servidores policiais civis do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná, regidos pela Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 e suas posteriores alterações. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. (Publ. no DA. nº 101/2002, de 05/08/2002 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 529/2002

P A R E C E R :

Para exame desta Comissão o Projeto de Lei Complementar nº 529/2002, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Estadual, que visa a reestruturação de vencimentos, extinguindo e incorporando algumas vantagens pecuniárias atribuídas aos policiais civis de base da Polícia Civil do Estado, bem como a extinção e criação de novas carreiras no âmbito da Instituição Policial Civil.

O presente projeto é trabalho resultante de incansáveis negociações entre as entidades representativas de classe da Polícia Civil e o Governo do Estado. Tratativas essas acompanhadas de perto por este deputado relator, que se iniciaram com a designação das Comissões Paritárias previstas na Resolução Conjunta nº 002/2001, Casa Civil/SESP/SEAP, de 02 de julho de 2001, tendo como mister afastar as várias incorreções salariais havidas no seio da instituição, e ainda promover o enxugamento dos diversos cargos das várias carreiras, em tudo objetivando modernizar o Estatuto da Polícia Civil. Tais modificações, como asseverado, nos autos do projeto, pelo delegado geral, Dr. Leonyl Ribeiro:, “constitui a pedra angular para futuros estudos de um verdadeiro plano de carreira, que viria completar as perspectivas e anseios de toda classe, impedindo a estagnação e desmotivação na carreira”.

“Vem gerando insatisfação, perda de produtividade e desmotivação. Como a vantagem já vinha sendo percebida pelos policiais civis, diga-se, sem o respaldo legal pertinente, se aprovada medida legal, a gratificação passará a ser “legalmente” percebida...”

Cuida ainda o projeto, no seu artigo 3º, de amparar também os aposentados e pensionistas, fato que o valoriza ainda mais no seu aspecto social, embora esse direito seja assegurado pela Constituição Federal (artigo 40, parágrafo 4º).

Há que se ressaltar que, o substrato legal para correção dessas distorções já se acha consignado na Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução em 2002, conforme nela ficou estipulado o compromisso de se evitarem reajustes gerais de salários do funcionalismo e a instituição de novos benefícios, “com exceção dos que se fizerem necessários para recompor os salários das carrei-

ras de base, nas áreas prioritárias de atuação do Estado, especialmente na área de Segurança Pública.”

Por outro lado, a unificação das carreiras de Datiloscopia e Identificador Datiloscópico, sob a denominação de Papiloscopista: a unificação das carreiras de técnico em telecomunicações policiais e operador em telecomunicações, sob a denominação de agente em operações policiais, e a extinção das carreiras de técnico em manutenção policial e de auxiliar de manutenção, são medidas necessárias e encontram amparo legal, além de tornar mais racional o rol de cargos existentes no âmbito da Polícia Civil, e, computadas as reduções anteriormente feitas, enxuga-se de vinte para cinco cargos. Assim, o projeto dá nova redação ao artigo 13, do Estatuto da Polícia Civil, a saber:

“São carreiras policiais: I - delegado de polícia; II - comissário de polícia (em extinção - hoje há apenas um comissário de polícia em atividade); III- investigador de polícia; IV - escrivão de polícia; V - Papiloscopista; e VI - agente em operações policiais”.

Pelo projeto, as gratificações de função concedidas através do Decreto nº 5339, de 07 de fevereiro de 2002, a de representação (código 014), a devida pelo trabalho de natureza especial com risco de vida ou à saúde (código 047), a de regime especial de trabalho policial (código 015), prevista nos incisos II, V e VIII, do artigo 84 da Lei Complementar nº 14/82 (Estatuto da Polícia Civil do Paraná) e alterações posteriores, são extintas e incorporadas, constituindo-se em novos vencimentos efetivos, conforme tabela em anexo. Como não poucas vezes este deputado relator alertou da tribuna desta Casa, os atuais vencimentos básicos são reconhecidamente irrisórios - em média R\$270,00 (duzentos e setenta reais). Em razão de que muitos foram os pedidos e sugestões deste deputado, encaminhados ao senhor governador do Estado, para que no plano de segurança priorizasse a revisão salarial dos policiais civis, como dos militares, encaminhando ao Legislativo planos de cargos e salários das carreiras de base das duas corporações.

Corrigindo essa verdadeira injustiça social, sobre esses novos vencimentos básicos - em média R\$650,00 (seiscentos e cinquenta reais) - pela presente iniciativa, pretende-se adicionar o percentual de 120% (cento e vinte por cento), com a denominação de Gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE), esta já recebida por parcela considerável de policiais, em razão de decisão judicial. O pagamento dessa gratificação a alguns policiais em detrimento de outros, quebra o princípio isonômico de que todos são iguais perante a lei, e assim, é causa de insatisfações e desestímulo aos policiais civis. Essa situação mais se agravou quando o próprio Executivo concedeu a alguns policiais a gratificação pela execução de encargo especial, na proporção de 130% (cento e trinta por cento), conforme Decreto nº 5339/2002.

A atribuição da gratificação referida - TIDE, irá contemplar todos os policiais civis em efetivo exercício,

possibilitando uma correção do desnível salarial entre policiais civis que, como reconhecido no Parecer nº 000323, da SESP/GS (Secretaria de Estado da Segurança Pública / Gabinete do Secretário).

O rol de atribuições conferidas aos papiloscopistas, no artigo 7º do projeto, não invade a competência atribuída aos integrantes da Polícia Científica, principalmente na atribuição que lhes confere a prerrogativa de elaboração de laudos, uma vez que o próprio Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº 1477/DF, decidiu por unanimidade em 02/09/99, pela legalidade de os datiloscopistas policiais possuírem também a competência de elaborar laudos periciais (cópia anexa).

Quanto às atribuições conferidas aos agentes em operações policiais, no artigo 8º do projeto, não há nenhum reparo a fazer, visto que as prerrogativas conferidas não invadem competência de outras carreiras.

Quanto às carreiras de médico legista, químico legal, perito criminal, toxicologista, auxiliar de necropsia e perito criminal, encontráveis no âmbito dos Institutos Médico-Legal e de Criminalística, estas já não fazem mais parte do rol das carreiras policiais, face ao advento da Emenda Constitucional Estadual nº 10/2001, que desmembra da estrutura da Polícia Civil, a Polícia Científica do Paraná.

No seu aspecto administrativo e legal, o Projeto seguiu todos os trâmites regimentais, sempre com pareceres favoráveis dos órgãos nele envolvidos, especialmente as Secretarias da Administração e Previdência e da Fazenda, nas quais se analisou detidamente seus aspectos constitucionais e sua repercussão em face da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido não há nenhum reparo ou restrição a fazer, mesmo porque o Projeto se coaduna com o que já prevê a Lei de Diretrizes Orçamentárias para execução em 2002, conforme anteriormente referido.

Como já dito, este deputado Relator sempre propugnou pela necessidade de se reestruturar os vencimentos dos policiais civis de base num plano de carreiras, cargos e salários. Com a desvinculação, das carreiras de base, das dos delegados de polícia, que deu-se em 1989, esses policiais tiveram seus vencimentos achatados, muito distantes dos salários recebidos pelos delegados. O que, sem dúvida, quebra o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, que deve ser observado na elaboração de qualquer plano de carreiras e salários.

A guisa de ilustração, vale lembrar que, anteriormente a Constituição vigente, os investigadores e escrivães de polícia percebiam, na classe inicial, o equivalente a 45% (quarenta e cinco por cento), dos vencimentos percebidos pelos delegados de polícia de 1ª Classe, e, no final de carreira, percebiam o percentual de 60% (sessenta por cento). Hoje, os policiais das carreiras citadas, percebem em média, no final de carreira menos de 15% (quinze por cento) do que percebe um delegado

de 1ª Classe. Em valores atuais cerca de R\$900,00 (novecentos reais), desde que completados os 35 anos de serviço.

Nesse sentido o Projeto fica muito distante da realidade anteriormente vivida (1988), mas, de alguma forma principalmente quando iguala os salários, procura minimizar a situação caótica e, diríamos, mesmo de penúria vivida hoje pelos policiais civis de base da Polícia Civil do Estado. Mas nem por isso, deixo de ressaltar nesse momento, os esforços desenvolvidos pelo Poder Executivo que, na medida do possível vem agora trazer um pouco mais de motivação aos policiais para que possam melhor cumprir suas atribuições, prestando importante serviço ao estado e a população que hoje clama por segurança pública. Nesse sentido elogiamos a presente iniciativa do Governo do Estado.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 529/2002

P A R E C E R :

O Plano de Lei em exame é de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 29/2002, que objetiva definir e adotar normas legais pertinentes aos servidores policiais civis do quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná, regidos pela Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 e suas posteriores alterações.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No que concerne à análise desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da proposta, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação finalística do duto Plenário desta Assembléia, cumprindo-nos a missão de louvar a iniciativa, conotando a importância, o alcance e mérito da questão.

Em sendo assim seguimos o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça e manifestamos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões em 13.08.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 529/2002

P A R E C E R :

O Plano de Lei em exame é de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 29/2002, que objetiva definir e adotar normas legais pertinentes aos servidores policiais civis do quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná, regidos pela Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 e suas posteriores alterações.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No que concerne à análise desta Comissão de Segurança Pública, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação da proposta, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a apreciação finalística do duto Plenário desta Assembléia.

Em sendo assim manifestamos nosso parecer favorável à deliberação soberana do Plenário.

Sala das Comissões em 13.08.2002.

(a) RICARDO CHAB - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

Em votação. **Aprovado por unanimidade.**

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Quero registrar o voto da Bancada do PDT. Deputado Eli Ghellere, deputado Luiz Carlos Zuk, deputado Zé Maria, deputado Augustinho Zucchi, deputado Renato Gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Alborghetti**)

Quero dizer que foi votado por unanimidade por todas as Bancadas, do PMDB, do PSL, do PDT, por todos os deputados.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Quero cumprimentar os policiais civis, aqui, e deixar também consignado aquela mesma idéia. Sou deputado de Londrina e tenho atendido lá as esposas dos policiais militares. E quero crer que devemos fazer essa justiça ao Policial Civil. Mas que não terminemos esse mandato sem atender também os policiais militares com os quais todos poderão contar. Este deputado que tem consciência, sobre tudo da necessidade de se fazer justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Alborghetti**)

Concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, quero, como já fiz na semana passada, por ocasião da aprovação por unanimidade, na CCJ, do parecer de minha autoria em relação ao item 14 da Ordem do Dia, estender hoje a todo o Plenário, a todos os partidos políticos, porque as Polícias Civil e Militar não têm cor partidária. São atendidas por todos os partidos políticos representados nesta Casa. Eu apenas tive o privilégio de ser o relator da matéria do governo mas divido esta honraria e aprovação também por unanimidade hoje em plenário, a todos os senhores parlamentares que nas suas bases eleitorais têm uma delegacia, um delegado, agente, carcereiro, escrivão, investigador e toda a gente que trabalha no dia a dia em prol da segurança.

Da mesma forma volto a reafirmar o apelo do líder do governo para que encaminhe ainda a esta Casa, neste ano, atendimento à nossa Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

Senhores da Polícia Civil, em nome do líder do PSDB - toda a Bancada votou com a Polícia Civil; - da deputada Luciana Rafagnin - toda a Bancada votou com a Polícia, - do Líder do PSC, Fernando Guimarães - toda a Bancada votou, - do deputado Nereu Moura, Líder do PMDB - toda a Bancada votou, - do PSL, deputado Luiz Carlos Martins - toda a sua Bancada votou, do PTB, deputado Carlos Simões - toda a Bancada votou; do PL, deputada Serafina Carrilho - toda a sua Bancada votou; do deputado Plauto Miró Guimarães - toda a Bancada do PFL votou; do PPB, deputado Tony Garcia - toda a Bancada votou; do PDT, deputado Luiz Carlos Zuk - com toda a sua Bancada votou e; do PPS, deputado Marcos Isfer - toda a sua Bancada votou.

Concedo a palavra ao deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Eu gostaria de dizer que mais importante que registrar os votos neste momento e que todas as Bancadas registraram, é manter o voto se houver o veto do governador.

Eu acho que esse compromisso todos têm que ter. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

Atenção senhores parlamentares, antes de eu chamar o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão para assumir esta presidência, temos uma série de requerimentos para serem votados e após, uma série de Sessões Extraordinárias, coloco em votação:

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Núcleo dos Criadores de Simental da região de Maringá, com sede e foro no município de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2002, de 24/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 465/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Núcleo dos Criadores de Simental da região de Maringá, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2042, de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2047 a 2049, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2053, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2055, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2057, de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2059, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2061 e 2062, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2063, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2068, de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2069 e 2070, de autoria do deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2071, 2072 e 2072-A, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 045/2001; 078, 108 e 118/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 125/2001; 527, 528, 530 e 554/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 526, 538/2001; 140, 250, 278, 282, 323, 376, 395, 406 e 421/2002.

Segundo acordo das lideranças com o presidente da Casa, será descontada a falta de quem não estiver presente ao Plenário.

Concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Wal-dyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, eu batalhei duramente para que isso não acontecesse. Eu me curvo à maioria.

Obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, da mesma forma, eu também entendo que deveríamos manter o horário da tarde, até porque já reduzimos de quatro para dois dias apenas. Isso não pega bem para a classe política.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Alborghetti)

Então para que não aconteça nada disso, vamos fazer hoje, quantas Extraordinárias forem necessárias, sem jeton. Ninguém vai receber absolutamente nada, até a madrugada.

Levanta-se a Sessão.

Errata:

A Mensagem nº 030/2002 do senhor governador está sendo republicada, por ter saído com incorreções no corpo do anteprojeto de lei, no Diário nº 101/2002, de 05.08.2002.

MENSAGEM Nº 030/2002

Curitiba, 05 de agosto de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, em conformidade com os mandamentos constitucionais contidos nos arts. 66, inciso I e II, e 87, inciso IV, da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do Quadro Geral, alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE).

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado da Fazenda, do Governo e da Administração e da Previdência, a mim apresentados através de expediente protocolado sob nº 4.893.745-4, onde configuram pareceres, projeções de custos, análises e levantamento que demonstram a validade e necessidade de que tal medida seja adotada.

Por outro lado, cabe ressaltar que a proposta nova carreira para servidores fazendários virá, quando implantada, ensejar melhores condições no desempenho da Secretaria de Estado da Fazenda no exercício de suas importantes funções pertinentes às atividades orçamentárias, financeiras, contábeis e de tributação, arrecadação e fiscalização.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 530/2002

Art. 1º - Fica instituída a carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, composta pelos atuais ocupantes de cargos públicos do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, alocados na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná ou Coordenação da Receita do Estado (CRE).

Art. 2º - Para efeito da presente lei:

I - Carreira: agrupamento de cargos em classes da mesma profissão ou atividade, escalonados segundo hierarquia de serviço.

II - Cargo: unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, de mesmo grau de complexibilidade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por lei, com denominação própria e quantidade fixada por classes, pagamento pelos cofres do Estado e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.

III - Classe: escalonamento hierárquico de desenvolvimento profissional de um cargo, com idênticas atribuições e responsabilidades;

IV - Função: conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexidade/responsabilidade;

V - Grau de complexibilidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexibilidade de tarefas desempenhadas;

VI - Provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura;

VII - Progressão: passagem do funcionário público de uma referência salarial para outra de maior valor, atendidos os requisitos estabelecidos para a classe;

VIII - Promoção: passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício em uma classe, para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo;

IX - Tabela de Referência de Vencimento: tabela numérica, composta de indicativo de classe (coluna) e nível/referência salarial (linha), cuja interseção reflete o vencimento base sobre a qual incidirão os cálculos de vantagens adicionais de remuneração;

X - Amplitude Salarial: intervalo entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência de Venci-

mento, compreendida a primeira referência da Classe Inicial e a última referência da Classe Final;

XI - Vencimento: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em lei; e

XII - Vencimentos ou remuneração: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei.

Art. 3º - A carreira de agente fazendário estadual - AFE, será organizada em 3 cargos de acordo com a natureza profissional, complexidade de suas atribuições e nível de escolaridade, sendo que, cada cargo, será composto de 03 (três) classes: III, II e I, na forma do Anexo I.

§ 1º - A carreira de Agente Fazendário Estadual - AFE, será composta de 3 cargos:

I - agente fazendário estadual A;

II - agente fazendário estadual B;

III - agente fazendário estadual C.

§ 2º - A Classe III de cada cargo, será classe inicial para o ingresso e a classe I, a final para o desenvolvimento na carreira.

§ 3º - O requisito de escolaridade mínima para ingresso dos cargos e das funções de cada cargo serão fixados na forma do anexo II desta lei.

§ 4º - A descrição das atribuições dos cargos, regulamentação da carga horária e outras características atinentes às funções serão definidas em ato do chefe do Poder Executivo, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 4º - O estágio probatório será de 03 (três) anos de efetivo exercício na classe da carreira de agente fazendário estadual, observado o disposto no parágrafo 4º, do artigo 36 da Constituição Estadual do Paraná.

Art. 5º - O enquadramento na carreira de agente fazendário estadual - AFE, nos cargos de agente fazendário estadual A, B e C se dará na referência inicial de classe de acordo com a correlação de cargos constantes do anexo III.

Parágrafo Único - A execução do presente enquadramento será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 6º - Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação administrativa e funcional, as Tabelas de Referência de Vencimento, na forma do Anexo IV, desta lei, reajustados segundo a legislação salarial em vigor mantidos os percentuais de diferença entre as classes.

Art. 7º - Aplicam-se aos integrantes da presente carreira, a seguinte estrutura de remuneração:

I - Vencimento base ou vencimento;

II - Adicional por Tempo de Serviço;

III - Adicional Fazendário;

IV - Salário - Família.

§ 1º - O Adicional Fazendário - AF é a retribuição financeira fixada em valor, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de agente fazendário estadual A e B, incorporável para todos os efeitos legais;

§ 2º - O valor atribuído ao adicional a que se refere o parágrafo acima, não poderá ser superior ao valor correspondente à 50% por cento da primeira referência da classe inicial dos respectivos cargos.

§ 3º - Ato do chefe do Poder Executivo regulamentará a aplicação e fixará os valores do adicional a que se referem os parágrafos anteriores.

Art. 8º - Os funcionários que ingressarem nos cargos da carreira de agente fazendário estadual terão lotação na Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP e serão alocados na Secretaria da Fazenda ou na Coordenação da Receita do Estado - CRE.

Art. 9º - Os integrantes da carreira abrangidos por esta lei, ficam sujeitos à prestação de 40 (quarenta) horas semanais de jornada de trabalho.

Art. 10 - O desenvolvimento na carreira de agente fazendário estadual, se dará pelos institutos de progressão e promoção.

Art. 11 - A progressão se dará na classe ao funcionário estável por antigüidade, avaliação de desempenho e por titulação.

§ 1º - A progressão por antigüidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na classe e será equivalente a duas referências salariais.

I - o estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antigüidade;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuados ou não firmados com o Estado do Paraná e afastamentos não remunerados para efeito desse parágrafo.

§ 2º - A progressão por Avaliação de Desempenho será equivalente a uma referência salarial, de acordo com os critérios fixados em legislação própria, por proposição do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 3º - A progressão por Titulação ocorrerá pelos seguintes critérios:

I - para o cargo de agente fazendário estadual C: até duas referências, a cada quatro anos, por ter concluído cursos sendo uma referência para cada 40 (quarenta) horas ou por experiência.

II - para o cargo de agente fazendário estadual B: até duas referências, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho, sendo uma referência para cada 80 (oitenta) horas ou por experiência.

III - para o cargo de agente fazendário estadual A: até duas referências, a cada quatro anos, por ter concluído cursos relativos ao desempenho, sendo uma referência para cada 180 (cento e oitenta) horas ou por experiência.

§ 4º - Os títulos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser computados de forma cumulativa para efeitos da progressão por titulação, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização para a presente progressão, exceto para efeito de promoção.

§ 5º - Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico.

Art. 12 - A promoção ocorrerá a cada quatro anos, para o funcionamento estável, dentro de um mesmo cargo, devendo observar os seguintes requisitos:

I - existência de vaga na classe;

II - avaliação de títulos, tais como titulação escolar formal, experiência e/ou tempo de serviço;

III - tempo mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe e somente após o estágio probatório;

IV - obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido;

V - atendimento dos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, previstos em legislação específica.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 13 - A primeira promoção para os integrantes da carreira de agente fazendário estadual, se dará após 12 (doze) meses, a partir do enquadramento da presente lei.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de promoção, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 14 - A primeira progressão por tempo de serviço para os integrantes da carreira de agente fazendário estadual, se dará imediatamente à publicação da presente lei.

Parágrafo Único - Ato do chefe do Poder Executivo estabelecerá os critérios e a competência para a concessão de progressão, considerando-se, pelo menos, duas referências salariais para cada cinco anos de efetivo exercício prestado pelo servidor ao Estado do Paraná, ouvida previamente a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 15 - Os servidores da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná e Coordenação da Receita do Estado do Paraná, abrangidos pela presente lei, poderão, no prazo de 30 dias contados da data da publicação da presente, optar pela não aplicação do disposto nesta lei, permanecendo na situação anterior.

Art. 16 - Aplicam-se aos funcionários abrangidos por esta lei, as disposições da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná.

Art. 17 - O cargo de agente fazendário estadual C fica considerado extinto ao vagar.

Art. 18 - Não se aplica aos integrantes da presente carreira a gratificação instituída pela Lei nº 13.515, de 26 de março de 2002.

Art. 19 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo.

Art. 20 - O Poder Executivo expedirá os atos necessários à plena execução da presente lei.

Art. 21 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO I

Agente Fazendário Estadual C	Classes	Quantidade
	III II I	377
Agente Fazendário Estadual B	Classes	Quantidade
	III II I	445
Agente Fazendário Estadual A	Classes	Quantidade
	III II I	193

ANEXO II

Cargo	Requisito de Escolaridade
Agente Fazendário Estadual A	3º Grau Completo
Agente Fazendário Estadual B	2º Grau Completo
Agente Fazendário Estadual C	1º Grau Completo

ANEXO III

Cargo/QPPE	Cargo/QAFE
Agente de Apoio	Agente Fazendário Estadual C
Agente de Execução	Agente Fazendário Estadual B
Agente Profissional	Agente Fazendário Estadual A

ANEXO IV

		Agente Fazendário Estadual B		
		Classe		
		III	II	I
REFERÊNCIA SALARIAL	1	1.403,56	1.867,31	2.484,29
	2	1.431,63	1.904,66	2.533,98
	3	1.460,26	1.942,75	2.584,66
	4	1.489,47	1.981,61	2.636,35
	5	1.519,26	2.021,24	2.689,08
	6	1.549,64	2.061,66	2.742,86
	7	1.580,64	2.102,90	2.797,71
	8	1.612,25	2.144,95	2.853,67
	9	1.644,49	2.187,85	2.910,74
	10	1.677,38	2.231,61	2.968,96
	11	1.710,93	2.276,24	3.028,34
	12	1.745,15	2.321,77	3.088,90

ANEXO IV

		Agente Fazendário Estadual C		
		Classe		
		III	II	I
REFERÊNCIA SALARIAL	1	500,00	665,21	885,00
	2	510,00	678,51	902,70
	3	520,20	692,08	920,75
	4	530,60	705,92	939,16
	5	541,22	720,04	957,95
	6	552,04	734,44	977,11
	7	563,08	749,13	996,65
	8	574,34	764,11	1.016,58
	9	585,83	779,39	1.036,91
	10	597,55	794,98	1.057,65
	11	609,50	810,88	1.078,81
	12	621,69	827,10	1.100,38

ANEXO IV

		Agente Fazendário Estadual A		
		Classe		
		III	II	I
REFERÊNCIA SALARIAL	1	2.826,13	3.759,91	5.002,23
	2	2.882,65	3.835,11	5.102,27
	3	2.940,21	3.911,81	5.204,32
	4	2.999,11	3.990,05	5.308,40
	5	3.059,09	4.069,85	5.414,57
	6	3.120,28	4.151,25	5.522,86
	7	3.182,68	4.234,27	5.633,32
	8	3.246,34	4.318,96	5.745,99
	9	3.311,26	4.405,34	5.860,91
	10	3.377,49	4.493,44	5.978,13
	11	3.445,04	4.583,31	6.097,69
	12	3.513,94	4.674,98	6.219,64